

## **PROGRAMA DE CAMPANHA/ELEIÇÕES 2022**

### **PODER POPULAR GOIANO: GOIÁS PARA OS TRABALHADORES**

#### **Introdução**

O Partido Comunista Brasileiro (PCB) se coloca como um dos sujeitos que reivindicam a inversão da base do poder político atualmente sequestrado por grandes grupos empresariais. Propomos como alternativa uma radical ampliação do processo da tomada de decisão através do pleno exercício da Democracia Direta em gradual substituição a Democracia Liberal Representativa. Preconizamos a construção e fortalecimento do Poder Popular com expressiva reformulação do sistema político, qualificando as classes trabalhadoras como verdadeiros sujeitos do Poder Político. Libertar os processos políticos e as instituições e políticas públicas das amarras e limitações dos grandes grupos empresariais, mediante o protagonismo das classes trabalhadoras, é uma tarefa estratégica necessária para desmercantilização da saúde, da educação, do livre direito de ir e vir e de todas as condições necessárias para o bem viver.

Somente com a gigantesca ampliação da participação popular nas decisões governamentais, por meio da convocação de plebiscitos e referendos para os temas de maior interesse dos trabalhadores e de nosso povo, ampliando o direito de iniciativa legislativa popular e a participação democrática direta, é que poderemos estabelecer um ambiente político capaz de promover as mudanças necessárias para a garantia da qualidade de vida da maioria da população goiana. O PCB entende que somente com a inserção das mais amplas camadas populares na práxis política seremos capazes de gerar a necessária mobilização social de caráter emancipador.

Diante da mais urgente necessidade de elaboração e execução de políticas que possibilitem o pleno usufruto de Direitos Fundamentais para toda a população, se faz imperioso transformar o atual estado – moldado segundo os interesses da classe dominante – em um arranjo institucional de novo tipo, hegemonicamente controlado pelos trabalhadores para o mais democrático usufruto do Bem Comum.

Compreendemos por Bem Comum todas as dádivas oferecidas pela Natureza, tais como o ar, água, energia solar, os frutos da terra etc.; tudo que se incorpora como heranças de gerações anteriores e que são particularmente ou universalmente compartilhados por todos. Consideramos como Bem

Comum todos os resultantes da produção social necessários para a interação coletiva, tais o conhecimento, a informação, o afeto, as imagens, etc.

No contexto de tentativas de construção da unilateralidade flexível-neoliberal, ventilada inescrupulosamente como o único caminho possível, ficam cada vez mais obstruídas as probabilidades de visualização do Bem Comum, embora estes sejam rotineiramente parte de nosso cotidiano em seus múltiplos aspectos (socioeconômico, ambiental, comportamental, entre outros). As políticas praticadas pelos inúmeros governantes em Goiás, seguindo a elite política nacional e mundial, têm como um de seus objetivos buscar mecanismos de privatização do Bem Comum, tendo em vista mercantilizar a vida para reiterar o ciclo de acumulação capitalista. O PCB se coloca entre aqueles partidos, organizações e movimentos sociais que apregoam a necessidade de resistir às ondas privatistas, à ordem social meritocrática, à ideologia ufanista do mercado como elementos estruturantes da organização social. Entretanto, não se limita apenas à crítica da sociedade do capital e ao poder político-jurídico instituído, posto que canaliza energias para a edificação de uma práxis e de um poder que redunde numa organização social alternativa.

O PCB propõe a construção social, política, ideológica e teórica da resistência e subversão das contradições do capitalismo e dos sistemas normativos autoritários e excludentes. Aprendemos com as lutas sindicais e populares classistas dos trabalhadores, com as feministas do passado e do presente, com o pensamento antirracista oriundo das lutas anticoloniais, com os movimentos indígenas e LGBT, a reconhecer que as classes e os corpos são como o Trabalho, investidos pelo Modo de Produção, possuindo enorme potencial para questionar a disciplinarização reificadora das relações sociais. Temos gêneros, cores e afetos múltiplos, não somos máquinas produtivas; rechaçamos as tentativas de reduzir nossa humanidade à condição de apêndice das máquinas na forma de mera força de trabalho estatisticamente contabilizada. Exigimos que a vida, em sua máxima condição humana, possa ser usufruída em sua exponencial totalidade.

É com este entendimento que o PCB apresenta o seu programa para as eleições de 2022. Os capítulos apresentados expressam interpretações, acumulações e lutas sociais travadas em incontáveis localidades. Nosso Programa é uma das possíveis formas de materializar politicamente e objetivamente os anseios, suores e lágrimas de centenas de milhares de camponeses sem terra na luta contra o latifúndio; é um instrumento nas mãos de incontáveis ambientalistas na busca por uma transição agroecológica, uma real alternativa para pequenos agricultores que cultivam nossa soberania alimentar; é uma opção para trabalhadores e trabalhadoras sem teto em martírio pela moradia. Nosso Programa tem em vista se constituir em uma alternativa possível à opressão étnica e de gênero e ao fundamentalismo heteronormativo, e principalmente busca a emancipação dos

trabalhadores do campo e da cidade de todas as formas de exploração econômica, de dominação política e de opressão ideológica.

## **Capítulo I: Golpe de Estado e luta de classes aberta no Brasil do século XXI**

A formação social brasileira estruturou-se a partir de uma burguesia agrárioexportadora, fundamentada na acumulação originária do capital agrário-exportador e apoiada socialmente no escravagismo. Nesse sentido, o processo de constituição do Estado brasileiro passou pela crise e dissolução do sistema colonial, a partir da qual se forjou um tipo particular de *classes dominantes* que teceram um Estado sem uma nação. Tratara-se da constituição de um tipo de capitalismo hipertardio, dependente e associado ao epicentro do capitalismo mundial, de tal forma que as *classes dominantes* brasileiras se constituíram a partir do desenvolvimento e da difusão de um pensamento eclético, enraizado na organização social brasileira enquanto ideologia conservadora de viés conciliatório.

Devido sua incapacidade de fundar-se enquanto *classe dominante* autônoma, constituída a partir de um projeto nacional de desenvolvimento e, portanto, de impossibilidade de competitividade no mercado internacional, as *classes dominantes* brasileiras marcam-se por um *exclusivismo político*. O tipo particular de desenvolvimento do capitalismo brasileiro forjou uma *classe dominante* autocrática, que pela via da *revolução passiva* passou a impor à sociedade brasileira um tipo de dominação fundamentada em Golpes de Estado recorrentes, além da criminalização das frágeis *organizações autônomas das classes trabalhadoras* e demais *classes subalternas*, e do encarceramento e/ou extermínio físico de suas principais lideranças.

Desde o final dos anos 1980 o programa neoliberal vem sendo aplicado na sociedade brasileira em graus variados de intensidade e abrangência, redefinindo o papel da economia brasileira no cenário internacional, o peso econômico e político das distintas frações burguesas nas estruturas econômicas e políticas e um processo de redefinição das relações entre capital e trabalho. Desde o final do governo Sarney (1985-1990), passando pelos governos Collor (1990-1992), Itamar Franco (1992-1995) e Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) o programa neoliberal foi adotado intensificando tendências que já vinham se dando desde o final dos anos 1970 e criando outras, configurando a criação de um novo bloco histórico com base na hegemonia neoliberal. Em primeiro lugar, ocorre um processo de internacionalização da economia brasileira e de acumulação capitalista dependente-associada, com o avanço do capital externo em diversos setores produtivos e no setor bancário, a quase eliminação do setor produtivo estatal por meio das privatizações e a diminuição do peso econômico e político da burguesia interna, agora limitada a setores de menor densidade

tecnológica. Em segundo lugar, há um retrocesso em termos de integralidade e composição orgânica da economia brasileira, com movimentos paralelos e simultâneos de desindustrialização e reprimarização, ou seja, de um lado ramos industriais importantes são desmantelados por conta da abertura econômica e da concorrência externa, enquanto o agronegócio e o setor de serviços crescem proporcionalmente em relação ao setor industrial. Paralelamente, o ataque aos direitos sociais e trabalhistas gera uma tendência de rebaixamento da renda salarial e de ampliação do trabalho precarizado, com impacto direto em termos de intensificação da concentração de renda e de ampliação da miséria social. Em termos políticos, os elementos autoritários da autocracia burguesa reformada são reforçados em relação aos elementos democráticos, com a “privatização” de diversas políticas públicas e aparatos estatais pelo grande capital por meio das agências reguladoras, com a criminalização/repressão aos movimentos sociais, com o esvaziamento do potencial decisório do voto popular por meio do uso e abuso do poder econômico, com a subordinação dos partidos e organizações de esquerda à lógica institucional e eleitoreira.

O predomínio da perspectiva neoliberal sofre um forte abalo no início dos anos 2000, com o estabelecimento de uma grave crise econômica e social, o que abre caminho para a vitória eleitoral da perspectiva pseudo-neodesenvolvimentista, a ela subordinada, apresentada pelo PT em 2002. Os sucessivos governos petistas (2003-2016) salvam o neoliberalismo do colapso, adotando um programa neoliberal moderado, combinando o núcleo duro da política econômica neoliberal – câmbio valorizado, superávit primário, regime de metas de inflação e juros elevados –, as novas formas de privatização – parcerias público-privadas, retomada da presença do Estado na economia e reaparelhamento parcial do Estado – e o crescimento econômico e adoção de políticas que trouxeram certo alívio social à miséria generalizada – valorização do salário mínimo, crescimento do emprego formal e ampliação das políticas sociais compensatórias. Com esta orientação os governos do PT foram capazes de promover uma política de conciliação de classes que aperfeiçoou a hegemonia burguesa, garantiu taxas de lucratividade não vistas há muito tempo, atraiu o apoio de setores estratégicos da burguesia interna, desarmou os movimentos sociais e partidos de esquerda por meio de um movimento transformista exitoso que os cooptou para a institucionalidade e assegurou o apoio acrítico ao governo – a chamada chantagem do mal menor, “ruim com o PT, pior com o PSDB”.

No entanto, a crise econômica mundial de 2008 criou dificuldades para esta solução política, que acabaram se impondo ao longo do tempo, particularmente no primeiro mandato de Dilma Roussef (2011-2014), deslocando o PT como principal operador político da hegemonia burguesa e abrindo caminho para as *Manifestações de 2013*, o golpe de 2016 e a magnificação da crise. Assim, pode-se dizer que essas *Manifestações* representaram tentativas espontâneas e difusas dos trabalhadores reivindicarem participação efetiva nos processos decisórios do país, em um cenário marcado por

contradições de ordem conjunturais, que expressavam também as contradições de ordem estruturais: de um lado, o *Estado autocrático brasileiro* investindo bilhões de reais na construção de estádios de futebol para a realização da *Copa do Mundo de 2014*, beneficiando as grandes empreiteiras brasileiras e a fração de classe hegemônica do *bloco no poder*, tanto pela via da política monetária e fiscal, quanto pela via da especulação imobiliária direta e indireta produzida pelas obras; de outro, a profunda desigualdade que passou a se manifestar a partir da acentuação da especulação imobiliária em torno das grandes obras, mediada pelo aumento progressivo dos preços dos imóveis e dos alugueis, acarretando despejos individuais e coletivos, crescimento da população em situação de rua, dilatação e expansão da periferia, expulsão de trabalhadores para regiões mais distantes e restrição de acesso por parte dos mesmos à cidade.

Sem sombra de dúvidas os ventos que sopravam das *Manifestações de 2013* clamavam por mudanças. Entretanto, dado o contexto de formação social do Estado brasileiro, no binômio *conservação-mudança*, o aspecto conservação coloca-se enquanto processo predominante. Se por um lado, a Nova República (1985-2016) abriu um novo processo de *modernização-conservação*, marcado por um conjunto de concessões às *classes trabalhadoras* e demais *classes subalternas*; por outro, o *binômio conservação-mudança* promoveu processos de *transformismos* profundos no âmbito da sociedade civil do mundo do trabalho, instituindo instrumentos e mecanismos de cooptação das lideranças das principais experiências de *organizações autônomas das classes trabalhadoras* do período, com destaque para dois: a) a criação e consolidação do Partido dos Trabalhadores, rapidamente absorvido pelo profissionalismo e pela burocratização, típicos de partidos da ordem; e, b) a criação e consolidação da Central Única dos Trabalhadores, marcada pela predominância do novo sindicalismo e pela hegemonia da política de conciliação petista.

O *Golpe de Estado de 2016*, que não necessitou colocar os tanques nas ruas, de tipo *parlamentar-judicial-midiático*, demarcou o aprofundamento e a necessidade da completude do processo de *modernização-conservação* aberto com a Nova República, na medida em que fechou um ciclo de acumulação do capital e um modelo de representação político-eleitoral no Brasil, ocorrendo por dentro das instituições democráticas: um casuísmo jurídico respaldado pelo Congresso Nacional, STF e mídias hegemônicas. O esgotamento tanto do primeiro, quanto do segundo, levou a necessidade imperiosa das frações de classes dominantes hegemônicas, que compõe o *bloco no poder*, a desferirem o Golpe de Estado e romper o contrato social estabelecido pela Constituição de 1988, como forma de reverter “*pelo alto*” as pequenas concessões feitas às *classes trabalhadoras* e demais *classes subalternas*, posto que o programa de contrarreformas imposto pelo capital não passaria pelo crivo das urnas. Uma das contradições fundamentais do *Estado de Exceção* aberto com o Governo Temer, encontra-se no fato de um governo com baixíssima popularidade, chegando a 3%, contar com

a maioria do Congresso Nacional, a ponto da Câmara dos Deputados blindar e livrar Michel Temer de denúncias que poderiam levá-lo ao *impeachment*.

A compreensão das determinantes do Golpe de Estado de 2016 demanda uma breve digressão. Inicialmente esse Golpe de Estado demarcou a aceleração do movimento histórico no Brasil, de tal forma: a) a encerrar um ciclo histórico de estrutura e concepção de arranjo político institucional, levando à crise o modelo político liberal-representativo; b) a abrir um novo ciclo de acumulação do capital que necessariamente implica em um processo de luta de classes aberta, e, portanto, na constituição de um arranjo político-institucional representativo fechado; c) a constituir um novo redesenho do Estado autocrático brasileiro “*pelo alto*”, devido às necessidades do novo ciclo de acumulação do capital; e, d) a reorganização do *bloco no poder*, na medida em que o modelo de arranjo político-institucional representativo necessariamente exigirá um fechamento progressivo do regime, que ora se faz sob a forma do *Estado de Exceção*, mas que necessitará no curto prazo, criar um arranjo político institucional que lhe confira legitimidade e que do ponto de vista formal materializa-se na tentativa de imposição “*pelo alto*” do parlamentarismo ou semipresidencialismo.

O *Golpe de Estado* ocorrido no Brasil em 2016 também se insere em um novo redesenho da associação entre as *classes dominantes* internas e o capital-imperialismo, fortalecido pelo processo do projeto de conciliação de classes. Deve-se buscar a exata compreensão do que significaram os processos geopolíticos de intensificação da mundialização do capital, sob a ideologia da globalização, como forma de efetivamente assegurar o enfraquecimento do Estado nos países periféricos, em contraste com o seu fortalecimento nos países que integram o epicentro do capitalismo mundial. A nova geopolítica nascida dos anos de 1980 e os tempos de neoliberalismo flexível, reestruturação produtiva e reformulação da dominação geopolítica mundial exigia necessariamente um redesenho “*pelo alto*” da estrutura jurídico-política dos Estados dependentes, subordinados e associados ao capital-imperialismo. Esse processo requer a falência de projetos sociais democráticos, na medida em que estes se tornaram incapazes de dar respostas reformistas a um cenário de destruição e/ou anulação da autonomia das economias nacionais, de restrição às estruturas sindicais e de limitação de partidos que realizam a representação da esquerda socialista anticapitalista.

No âmbito da geopolítica do século XXI, abriu-se um cenário de multipolaridade e pode-se observar o recrudescimento do imperialismo yanque. Ao forjar uma política de segurança ofensiva e beligerante, os EUA criaram medidas de aproximação dos Ministérios Públicos e das Polícias Federais de diversos países à CIA. No Brasil, o aparelhamento e a concessão de poder e autonomia previsto ao Judiciário, Ministério Público e Polícia Federal, que a Constituição de 1988 previa e que efetivamente foi aprofundado pelos Governos Lula e Dilma, permitiu a transformação dessas estruturas corporativas em instrumentos políticos de ação e realização dos interesses da política de

segurança ianque, umbilicalmente associada a sua política externa, pautando-se em casuísmos. Portanto, o Judiciário, os Ministérios Públicos e a Polícia Federal, tornaram-se instituições centrais no processo de deflagração do *Golpe de Estado* no Brasil e na consecução de interesses do capital-imperialismo, desde a Ação Penal 470 – politicamente denominada de “*Mensalão*”, como forma de criminalizar o Partido dos Trabalhadores e suas principais lideranças políticas –, a partir do qual emergiu no Brasil um tipo específico de atuação política no âmbito do Poder Judiciário e órgãos de controle de Estado, instrumentalizando a *teoria do domínio do fato* como forma de corroer princípios importantes da Constituição de 1988 e criar os fundamentos da aliança entre os meios de comunicação e o Poder Judiciário no Brasil, forjando-se um inimigo interno comum a ser combatido, até culminar na chamada *Operação Lava Jato* – reiterando a construção da ideia de que a corrupção foi produzida e enraizada pelo Partido dos Trabalhadores.

Os governos de Luís Inácio “Lula” da Silva (2003-2010), embora submetidos à hegemonia do neoliberalismo consolidada por Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), não adotou o modelo de submissão irrestrita e incondicional ao capital rentista-financeiro adotado por seu antecessor. Contando com um mercado internacional favorável em termos de demanda e preços dos produtos primários e das *commodities* exportadas e explorando espaços geopolíticos internacionais, alcançou forte apoio político das camadas populares e das frações integrantes do bloco no poder, ao mesmo tempo em que reduzia a disposição de desestabilização do seu governo por parte do capital-imperialismo, das corporações burocráticas de Estado e do sistema de mídia. Ainda assim, foi obrigado a integrar o PMDB unificado no governo e na sua base de sustentação política.

Diferentemente, o primeiro governo Dilma Rousseff (2011-2014) sofreu drasticamente com os impactos da crise mundial de 2008, acarretando uma forte perda de arrecadação do Estado nos anos que se seguiram. Frente à crise mundial, os instrumentos de política econômica adotados pelos governos Dilma tiveram pouco êxito, delineando os primeiros elementos de fissura do *bloco no poder*, a partir do qual Lula havia governado. O aprofundamento da crise econômica produziu uma crise política que fora se aprofundando progressivamente durante o primeiro governo Dilma Rousseff (2011-2014), gerando um profundo desgaste ao governo, rapidamente absorvido por setores tradicionais e conservadores.

A partir da constituição de um conjunto de *Aparelhos Privados de Hegemonia – Movimento Brasil Livre, Revoltados Online, Vem Para Rua* –, articulados em torno de partidos políticos importantes – PSDB, DEM, PMDB – e de organizações empresariais brasileiras – FIESP, FIRJAN, FEBRABAN – e apoiados na grande capacidade de difusão das corporações que monopolizam os meios de comunicação – Rede Globo, Folha de São Paulo –, constituiu-se um vigoroso movimento

conservador de contestação social, como forma de dar sustentabilidade ao Golpe de Estado em marcha.

Em resumo, a incapacidade de fundar-se enquanto *classe dominante* autônoma, constituída a partir de um projeto nacional de desenvolvimento e, portanto, de impossibilidade de competitividade no mercado internacional, as *classes dominantes* brasileiras marcam-se por um *exclusivismo político*, recorrendo a ele como forma de aniquilamento social, político e moral de movimentos sociais, partidos e lideranças políticas que se orientam por uma perspectiva de ruptura classista em direção do socialismo, ou mesmo daqueles que empregam políticas de conciliação de classes enquanto forem úteis à passivização das classes trabalhadoras, mas descartando-as em alguma altura no processo histórico.

O Golpe de Estado de 2016 encerrou um longo período de pequenas concessões e abriu um drástico período de restauração conservadora, período este que reverberou na processo de fascistização do Estado marcado pela eleição de Jair Bolsonaro. Estabeleceu uma institucionalização indireta e da governança pela via de regras excepcionais, alterou a dinâmica da luta de classes e abriu um cenário de incertezas jurídico-políticas que caminhou em direção à reiteração autoritária sob conteúdo fascista, atualmente personificada em Bolsonaro e seu governo. A perspectiva que orientou o golpe e seus desdobramentos na atualidade, desdobramentos estes que apontam a tendência de se aprofundar um conceito de hegemonia do pensamento de nossa época marcada pelo apagamento da autonomia/independência da nossa classe, é a de ressubordinação dos trabalhadores à lógica do capital, por meio da intensificação da superexploração do trabalho, do aprofundamento da dependência ao capital externo, da supressão de direitos sociais e trabalhistas (contrarreformas e EC 95), da redução do espaço político da esquerda e da criminalização/repressão ainda maior das lutas sociais.

No Brasil de hoje, Brasil este que traz a marca de mais de 670.000 mortos pela pandemia de COVID-19, assolado por uma profunda crise econômica, com grande instabilidade nos planos social e político derivados dessa crise, que se expressa, principalmente, na elevada taxa de desemprego, no endividamento das famílias de baixa renda, aumento da carestia, da miséria e da fome, além da crescente violência contra povos indígenas, quilombolas, a juventude pobre e preta, ativistas dos direitos humanos e dos movimentos sociais, com o recrudescimento do discursos de intolerância e apelo à intervenção militar por setores reacionários e neofascistas, o enfrentamento tem se mostrado de duas maneiras: A importância de derrotar o bolsonarismo (não apenas Bolsonaro) e o cenário de fascistização, perpassa o enfrentamento direto de derrubada definitiva da agenda neoliberal extremada e a priorização das pautas concretas da classe trabalhadora: 1. Revogação do famigerado Teto de Gastos (EC95) e das contrarreformas trabalhista, previdenciária e do ensino médio:



importância da participação da população nas decisões políticas e defesa de um plebiscito revogatório das contrarreformas liberais; 2. Combate às privatizações; 3. Jornada de trabalho de 30 horas, sem prejuízo do salário; 4. substituir a Lei de Responsabilidade Fiscal pela Lei de Responsabilidade Social; 5. Reforma agrária radical e valorização da agricultura familiar, pautas urgentes e concretas que dialogam diretamente com as demandas reais da nossa classe.

O momento pede a retomada da mobilização de todos aqueles e aquelas que defendem não apenas as liberdades democráticas ameaçadas pelas chantagens bolsonaristas e de setores das Forças Armadas, mas sobretudo a busca de um novo rumo para o país, na perspectiva dos interesses populares. Há bastante tempo as/os comunistas estão trabalhando a necessidade de se combinar dialeticamente a luta eleitoral com a luta de massas, porque entendemos que este é o melhor caminho tanto para derrotar o fascismo, as ameaças de golpe, mas também para denunciar a crise social, a barbárie, a violência contra o povo e a necessidade de ruptura com o neoliberalismo e a construção do poder popular e do socialismo.

As e os comunistas colocam na rua o seu programa político, também por meio das suas candidaturas em Goiás para governadora, a deputados e deputadas estaduais e federais e, nacionalmente também com candidaturas próprias à Presidência. Vamos às ruas, aos locais de trabalho, estudo e moradia, dialogar com os trabalhadores e as trabalhadoras, os setores populares e integrando todas as campanhas de forma a atuarmos como um só corpo político na denúncia desse governo genocida e do sistema capitalista, responsáveis pela crise e pela miséria que estamos vivendo.

O PCB compreende que, apesar do cenário de incertezas, a defesa das liberdades democráticas e das transformações estruturais da sociedade brasileira encontra-se nas mãos das *classes trabalhadoras* e demais *classes subalternas*. No Brasil, o capitalismo se encontra plenamente desenvolvido e os modelos burgueses superados, o que requer, na perspectiva classista, que a luta pela defesa das liberdades democráticas e dos direitos sociais também seja uma luta anticapitalista, anti-imperialista e socialista.

O novo ciclo de luta de classes aberto com as “*Jornadas de 2013*”, o Golpe de Estado de 2016 e o aprofundamento com a fascistização da última quadra histórica, exige uma preparação robusta de um amplo movimento de massas que tenha plena consciência da natureza e função social do Estado, de tal forma a construir as organizações autônomas da sociedade civil do mundo do trabalho, necessárias à dissolução do Estado burguês em sua plenitude. Trata-se da superação do mito do autoaperfeiçoamento do Estado, na medida em que a mitificação do Estado em nada acumula politicamente para a revolução social.

Nas sociedades do capital, as grandes corporações controlam a política, desde o processo eleitoral ao cumprimento dos mandatos, instituindo-se e perpetuando-se formas distorcidas de

representação, tornando a política um monopólio de grupos econômicos. A luta pelo Poder Popular, como elemento central de articulação do novo ciclo de luta de classes aberto, contrapõe-se a tal perspectiva, concebendo e instituindo formas de democracia direta nos mais diversos âmbitos da vida social, fomentando e cultivando a criação de órgãos decisórios de Poder Popular nos locais de trabalho, moradia, estudos, cultura e lazer, eleitos diretamente pelos trabalhadores. O Poder Popular constitui-se no cotidiano enquanto ação política permanente de desmercantilização da vida, como forma de cultivar as potencialidades humanas presentes em todos e em cada indivíduo.

Deve-se destacar que na sociedade do capital, o Estado não possui o monopólio da política, apesar de institucionalizar o poder e monopolizar o poder institucional. Diferentemente, o Poder Popular é uma construção política, articulada e dinamizada no cotidiano das organizações autônomas das classes trabalhadoras, a partir dos quais os trabalhadores gerem tanto o processo produtivo quanto as relações sociais estabelecidas fora do trabalho mediante o tempo disponível para entretenimento e cultura.

A ocidentalização do Brasil e o processo de socialização política reforçaram o poder burguês nos seus mais diversos âmbitos. Todavia, representações políticas dos trabalhadores que se apoiam em projetos políticos de caráter pequeno-burguês buscam constantemente harmonizar a contradição estabelecida entre Capital e Trabalho. Em momentos de crise, quando esses projetos políticos tem que dar respostas que em última instância operam em favor do Capital, sua representatividade política e fundamentos político-organizativos entram em crise. Deve-se destacar que na sociedade brasileira tanto as organizações políticas de caráter democrático nacional, quanto democrático popular, partiram e partem de uma “verdade” consagrada, qual seja a ideia de que o capitalismo não se completou no Brasil e, portanto, torna-se necessário completá-lo, como condição para o desenvolvimento e enraizamento da democracia. Nesse marco de contradições, os governos petistas apassivaram e desmobilizaram a classe trabalhadora, comprometendo sua altivez e protagonismo.

Assim sendo, a realidade sociohistórica brasileira impõe às organizações autônomas das classes trabalhadoras uma contradição fundamental: os direitos civis, políticos e sociais são burgueses, enquanto as lutas por direitos de toda ordem são necessariamente constituídas no âmbito das classes trabalhadoras. Tal contradição gera necessariamente conflito de diversas ordens na sociedade do capital, impossibilitando sua realização plena e oferecendo em seu lugar uma inserção subalterna pela via do consumo. A construção do Poder Popular oferece uma alternativa na qual o protagonismo é das classes trabalhadoras, sendo que a luta por direitos se converte, necessariamente, em lutas anticapitalista, anti-imperialista e socialista.

O programa de governo **“Poder Popular Goiano: Goiás Para As e Os Trabalhadores”**, apresentado pelo PCB nas eleições para o governo do estado de Goiás em 2022, tem como horizonte

político a construção do Poder Popular enquanto projeto e práxis política desenvolvida pelas classes trabalhadoras, em toda a sua composição e diversidade. Também tem em vista o estabelecimento da dualidade de poder na disputa entre Trabalho e Capital e o socialismo como resolução conquistada pelos trabalhadores no processo de supressão dessa dualidade.

## **Capítulo II: A democratização necessária**

As eleições se tornaram, ao longo da história, uma eficiente forma de dominação e controle social, a partir das quais se responsabiliza individualmente cada um dos votantes, por um sistema político-eleitoral plutocrático e degenerado, no e a partir do qual somente aqueles que detêm o poder econômico podem ser eleitos efetivamente, criando-se uma distorção representativa. A perspectiva é excluir indiretamente as organizações autônomas das classes trabalhadoras dos espaços de participação e representação política.

Não por acaso, as instituições políticas brasileiras são dominadas, em todas as suas instâncias, por homens, brancos e ricos, de tal forma a excluir-se do mundo da política a heterogênea classe trabalhadora, composta por jovens, mulheres, negros, indígenas e LGBTs. Portanto, disputar as eleições significa, por um lado, reivindicar ampla participação e representação das classes trabalhadoras; e, por outro, difundir o Programa do Poder Popular, a partir do qual as classes trabalhadoras se autogovernam por meio de Conselhos Populares. Apesar das eleições caracterizarem-se como um dos momentos degenerados da pequeníssima política, na atual conjuntura de Estado de Exceção, adquire novos contornos, na medida em que a classe trabalhadora não se vê representada pelas organizações políticas existentes.

Ao cenário de crise do capitalismo mundial, as instituições políticas brasileiras responderam com fechamento e militarização do regime, via aprovação: a) de cláusulas de barreira, restringindo a possibilidade de intervenção institucional dos partidos de esquerda; b) de leis de criminalização dos movimentos sociais, a exemplo da Lei Antiterrorismo; c) de leis excepcionais que militarizam a vida social, principalmente na periferia, criminalizando, prendendo e assassinando os pobres, em particular a juventude negra; d) da criminalização do livre pensamento, tentando-se instituir a famigerada “Escola Sem Partido”, denominada pelos trabalhadores como “Escola da Mordaça”; e) da criminalização da livre expressão, manifestação e organização política das classes trabalhadoras e demais classes subalternas; f) da destruição do serviço público, aumentando os níveis de desigualdade e miséria no país; g) de uma reforma do ensino médio que bloqueia a possibilidade de elevação da

escolaridade dos filhos das classes trabalhadoras, na medida em que dilui o ensino médio a uma formação fragmentada, aligeirada e de baixíssima qualidade; h) da adoção de uma política econômica antidemocrática e antipopular, voltada ao aprofundamento da crise, ao achatamento dos salários e ao aumento do desemprego.

No caso específico de Goiás, os governos tucanos e de Ronaldo Caiado, além de terem participado ativamente do Golpe de Estado, conduziram o Estado ao colapso: a) crise hídrica, deixando boa parte das classes trabalhadoras sem o fornecimento de água; b) crise energética, conduzindo a privatização da CELG, que sob o controle de multinacional parasitária (ENEL) passou a aumentar o preço da energia elétrica, via criação de taxas e procedimentos abusivos; c) crise do sistema educacional, conduzindo uma política autoritária de militarização das escolas públicas, controlando e coagindo os jovens goianos, proibindo-os de expressarem-se, organizarem-se e manifestarem-se livremente; d) crise do sistema de saúde, privatizando-o, como forma de beneficiar um empresariado parasitário que aumenta os seus ganhos e na mesma proporção precariza o serviço prestado às classes trabalhadoras; e) crise da segurança pública, tanto na forma do aumento da violência na periferia, quanto da ausência completa de estrutura adequada do sistema prisional (não divulgando seus números referentes à letalidade praticada pelo estado); f) crise nas contas públicas e envolvimento do alto escalão do governo em casos de corrupção; g) crise do acesso à cidade, na medida em que os governos municipais e estadual beneficiaram os especuladores, aumentando o preço dos aluguéis e quantidade de despejos, bem como expulsando os trabalhadores para lugares cada vez mais distantes do centro da cidade; h) crise do transporte “público”, com progressivos aumentos, tornando-o caro, lento, ineficiente e de baixíssima qualidade, impactando cada vez mais o salário dos trabalhadores, i) sucateamento de diversos campi da Universidade Estadual de Goiás; j) benefícios tributários e fiscais aos grandes latifundiários e multinacionais/monopólios do agronegócio (que mantém e aprofunda a estrutura agrária alicerçada na grande propriedade, monocultura, exportação de commodities para manutenção do superávit primário, dependência tecnológica e superexploração do trabalhador).

O PCB defende nas eleições de 2018 a construção efetiva e permanente de diálogos com todas as organizações autônomas das classes trabalhadoras, bem como com as forças progressistas políticas, sociais, culturais e religiosas que se colocam na defesa dos direitos fundamentais dos trabalhadores. No âmbito do movimento sindical, o PCB em Goiás defende a realização do Encontro Nacional da Classe Trabalhadora (ENCLAT), como forma de constituição de uma plataforma unificada de combate às contrarreformas, que atingem diretamente a classe trabalhadora, tais como: a) a lei da terceirização, que permitiu a generalização da terceirização nas atividades meio e fins; b) a reforma

trabalhista, que criou condições para a eliminação de direitos dos trabalhadores; e, c) a reforma da previdência.

Assim, as eleições de 2022 impõem às classes trabalhadoras grandes desafios. O PCB em Goiás, a partir das condições objetivas impostas pela realidade, coloca-se a tarefa de lançamento de candidatura própria, como forma de colaborar com a organização das classes trabalhadoras e difundir o princípio da dualidade de poderes, no e a partir do qual os trabalhadores se autogovernam paralelamente ao Estado burguês, organizando-se em seus locais de trabalho, moradia e estudantil, bem como participando ativamente dos dias e jornadas de lutas dos trabalhadores que exigirão unidade e força.

Nesse sentido, o PCB apresenta o seu Programa enquanto possibilidade e alternativa efetiva de organização das classes trabalhadoras. O PCB não se dispõe, nem se coloca na condição de administrador, organizador e operacionalizador do capital. Portanto, sua candidatura é fundamentalmente anticapitalista e anti-imperialista, e busca plantar, cultivar e difundir os germes de uma nova hegemonia de caráter socialista e fundamentada no Poder Popular.

### **Capítulo III: Fortalecer o serviço público e lutar contra a contrarreforma administrativa**

Em um país marcado por profundas desigualdades como o Brasil, o serviço público caracteriza-se por ser uma forma de distribuição de renda indireta, na medida em que aumenta a qualidade de vida dos trabalhadores, permitindo-lhes acessar direitos básicos e fundamentais, como educação, saúde, moradia, cultura e lazer.

O cenário atual reforça o discurso antidemocrático e antipopular de que os servidores públicos são beneficiados pelo Estado, quando 90% dos servidores públicos federais, estaduais e municipais recebem salários muito próximos e muitas vezes menores àqueles praticados no setor privado. O caráter estatutário do serviço público é necessário justamente para preservar a autonomia dos serviços públicos prestados à sociedade, não permitindo a instrumentalização das instituições pela lógica fisiologista e clientelista dos governos municipais, estaduais e federal. Portanto, não tem nenhuma relação com privilégios, mas com garantia e efetivação dos direitos fundamentais, de tal forma a prestar o serviço universal à todos.

Os privilégios que existem no serviço público estão exatamente no alto escalão do funcionalismo, tanto do Executivo e do Legislativo, quanto do Judiciário, particularmente, o conjunto

de privilégios encontra-se presentes em setores que não possuem elementos democráticos que o regulem, ficando à mercê do corporativismo e do fisiologismo político. Claramente, os cargos comissionados, presentes nos três poderes contém um conjunto de privilégios. Portanto, qualquer reforma minimamente democrática deveria voltar-se ao fortalecimento e autonomia do serviço público, como forma de oferecer e prestar melhores serviços a sociedade, atacando o corporativismo presente nos três poderes, o fisiologismo e o clientelismo próprio do sistema político-eleitoral brasileiro, bem como a existência de cargos comissionados sem nenhum tipo de regulamentação.

#### **Quanto a isso, propomos:**

- 1) Fortalecer o serviço público estadual via política de contratação de servidores públicos por concurso público, definido regimentalmente por Estatuto que confira autonomia política e financeiras às instituições e defina Planos de Carreiras próprios, eliminando toda e qualquer forma de prestação de serviços terceirizados.
- 2) Estabelecer o serviço público plenamente estatal, gerido pelos trabalhadores e usuários dos serviços, como forma de impedir o fisiologismo e o clientelismo constantemente reproduzidos pelos governos de Goiás.
- 3) Assegurar a autonomia das empresas estatais, sob o controle social, desvinculada dos governos, tendo em vista orientá-las em favor das demandas das camadas populares e protegê-las da corrupção política e econômica.
- 4) Criar Conselhos Populares, com seus membros eleitos entre os trabalhadores de área e usuários, com mandatos imperativos, sendo responsáveis por definir, planejar, organizar e administrar as políticas institucionais que assegurem o controle social sobre as empresas estatais.

#### **Capítulo IV: Economia goiana: a reordenação da produção e da sociedade**

O atual momento de desenvolvimento histórico do capitalismo, estruturado a partir de processos como a integração econômica mundial, a privatização do setor público, a desregulamentação da economia e a automação flexível, possibilita a conexão em tempo real e simultâneo de vários lugares e localidades. Nesse contexto, o fenômeno da Globalização vem provocando um expressivo rearranjo espacial do planeta, em que valores e formas anteriores de organizações territoriais passam a ser subordinadas a uma nova dinâmica hegemônica pelo capital financeiro.

A nova forma hegemônica do capital financeirizado exige em seu processo de reprodução ampliada, uma ação desregulamentadora das relações econômicas e de reconfiguração do uso e da função do território e do Estado Nacional. O aparato estatal, que gradativamente vai perdendo sua capacidade de ação em favor dos organismos e mecanismos de caráter global, tem comprometido a sua capacidade de operacionalizar a resolução de problemas econômicos, de segurança pública, de saúde, de meio ambiente, entre outros. As contradições do modo de produção capitalista, que se expressam na forma de crises sistêmicas cíclicas, são refletidas como limitações de desempenho das instituições que integram o Estado burguês, reproduzindo o que se pode compreender como a crise de legitimidade do Estado e suas instituições, que certamente é uma das manifestações da crise contemporânea.

As flexibilizações tecnológicas, produtivas e do trabalho, bem como a adoção de novos métodos de gerenciamento, vêm alterando o metabolismo social de nosso tempo, criando novas formas de contato e tensionamentos entre o global e o local. Essas mudanças marcam sistematicamente nossa contemporaneidade que, aliadas às “novas” diretrizes paradigmáticas do irracionalismo mercadológico, provocam uma rearticulação política, econômica e sociocultural em todo o mundo.

O estado de Goiás presencia uma rápida adaptação de sua sociedade e de sua estrutura administrativa a esse processo por meio da adoção de novos componentes em sua organização territorial, inserindo-se de forma subordinada na nova Divisão Internacional do Trabalho. A expansão de sistemas viários e de engenharia artificial, associada à infraestrutura previamente construída, visa acelerar a capacidade de fluidez na mobilização dos fatores de produção e do transporte de mercadoria produzidas, objetivando assegurar o fluxo exigido pelo reordenamento da inserção subordinada da economia e sociedade goiana ao mercado nacional/internacional.

O grupo dirigente do aparato administrativo do estado de Goiás, sintonizado com tais mudanças, promoveram uma série de ações políticas, econômicas e sociais, na tentativa de incorporar e adequar o estado, de forma dependente e subordinada, às novas exigências do mercado internacional. As ações e incentivos patrocinados pelo governo federal, combinado com os empreendimentos do executivo estadual, possibilitaram uma ampla transformação no padrão territorial goiano.

O modelo econômico historicamente adotado nas terras Goianas privilegia as culturas de exportação, que quanto mais crescem, mais aumenta a dependência por adubos, agrotóxicos, maquinários e implementos oriundos de outras partes do globo. Quanto mais se sofisticou a produção leiteira e bovina, mais dependente ficaram de laboratórios e de tecnologias.

Um Goiás genérico é fruto de abstração, sendo o estado composto por diferentes realidades, contradições e reivindicações. Qualquer projeto de desenvolvimento, para ser eficaz, deve levar em

conta essa pluralidade de situações encontradas dentro de uma mesma unidade chamada Goiás, exportando o excedente produzido. É importante ressaltar que esta característica fortaleceu-se com a implementação de um modelo econômico que busca uma integração competitiva do estado no cenário nacional e internacional, levando a expansão da produtividade rural em razão direta a utilização de novas tecnologias com menor poder de absorção de força de trabalho. O processo de modernização da agricultura e da pecuária goiana é estruturalmente desequilibrado, sendo incapaz de promover um desenvolvimento regional no sentido de garantir uma elevação da qualidade de vida da população. O que se revela é uma lógica perversa em que, quanto mais o estado busca melhores níveis de competitividade, com expansão especializada de sua atividade econômica, menor será o potencial de ocupação humana, maior o deslocamento populacional em direção aos centros urbanos com maior demanda para políticas de amparo social, geralmente, sustentadas pelo assistencialismo. As políticas elaboradas e aprovadas pelo estado contribuíram sobremaneira para o processo de industrialização da agropecuária em Goiás, mas ao mesmo tempo acarretaram dolorosos estrangulamentos sociais, subempregos, o inchaço urbano e a desigualdade regional.

As formas de aprofundamento da inserção da economia goiana no contexto nacional e a penetração em mercados internacionais necessitam de profundas reflexões, pois são os países de desenvolvimento capitalista central que determinam o ritmo da competição, devido a sua capacidade de criar inovações redutoras de custos e introdutoras de novas mercadorias. Goiás consolidou, ao longo dos últimos anos, áreas dinâmicas e capitalizadas, onde a atividade produtiva privada foi a mais beneficiada, conquistando diferenciais de produtividade e firmando-se como locais de produção de commodities com a crescente integração ao mercado internacional.

A dinamização das plataformas de exportação resgatada de nosso passado colonial, caracterizado como de economia de arquipélago, sob o pretexto de desenvolver vantagens comparativas para o comércio nacional e internacional, provoca o atrelamento da dinâmica econômica estadual às flutuações e instabilidades da demanda externa por nossos produtos, com ilhas de integração contrastando com localidades relegadas ao completo abandono. A opção seguida tem ainda a tendência a proporcionar grande alteração nas características de funcionamento do mercado de trabalho local, devido à implementação de plantas produtivas externas com poucos vínculos com o sistema produtivo historicamente construído. A atração e implementação desse tipo de planta produtiva tende, ainda, a intimidar o surgimento e desenvolvimento de empresas locais.

Estas determinantes históricas e sociais nos legaram no presente dados preocupantes que passamos a levantar. O estado de Goiás possui 246 municípios, sendo que o último Censo indica uma população de 7.206.589 pessoas. A pirâmide etária da população goiana indica que a maior parte da população encontra-se nas faixas-etárias que vão de 10 a 34 anos. Ou seja, trata-se de uma população



extremamente jovem, com baixíssima escolarização e baixíssimos salários. O Censo aponta que a maior parte da população vive nas cidades, observando-se profundas desigualdades educacionais entre os moradores do campo e da cidade. Goiânia é a 11ª capital mais populosa do país, com 1,5 milhão de habitantes (21, 63% da população do estado), sendo que a Região Metropolitana de Goiânia possui mais de 2 milhões de habitantes. A maior parte dos 246 municípios são pequenos, tendo como municípios médios: a) Aparecida de Goiânia, a segunda cidade mais populosa com 601.844 mil habitantes; b) Anápolis, com 396.526 mil habitantes; c) Rio Verde, com 247 mil; e, Luziânia, com 214 mil. Os pequenos municípios são os que mais sofrem com as desigualdades educacionais e a precarização do ensino, tanto do ponto de vista estrutural, quanto de qualificação de profissionais que atuam nas Escolas.

De acordo com o PNAD, Goiás possui 5,5 milhões de pessoas em idade de trabalhar, ou seja, com idade a partir de 14 anos. A população ocupada é estimada em 3,2 milhões de pessoas, ou seja, 2,3 milhões de pessoas em condições de trabalho estão fora do mercado de trabalho. O PNAD aponta que em 2017 eram 339 mil pessoas desempregadas, sendo sua maioria mulheres, negras ou pardas que não completaram o ensino médio (entre 18 e 24 anos). Esse cenário intensificou-se durante a pandemia de COVID-19 ocorrida a partir de março de 2020: segundo o IBGE, dos mais de 12 milhões de desempregados no Brasil, 13,9% de mulheres encontram-se na taxa de desocupação, ficando acima da média nacional (6,5 milhões).

O estado de Goiás é marcado por profundas desigualdades, inclusive entre os municípios. De acordo com os últimos dados do SEPIN, cinco municípios concentram metade das riquezas goianas: a) Goiânia; b) Anápolis; c) Aparecida de Goiânia; d) Rio Verde; e, e) Catalão. Essa desigualdade foi sendo aprofundada ao longo da vigência das políticas neoliberais de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), de Lula-Dilma (2003-2016), Temer (2016-2018) e Bolsonaro (2019-2022), em termos nacionais, e dos desastrosos e degenerados marconismo (1999-2018) e caiadismo, em termos estaduais.

### **Quanto a isso, propomos:**

- 1) Alterar radicalmente o modelo de desenvolvimento e estabelecer um novo padrão econômico que proporcione a distribuição da riqueza e a consequente melhoria da qualidade de vida.
- 2) Revisar todos os contratos de concessões, bem como as políticas de renúncia fiscal largamente praticada nos últimos anos.
- 3) Organizar frentes de articulação de pequenos produtores.

4) Estimular a Reforma Agrária sob controle das organizações dos trabalhadores, de forma a democratizar a terra, especialmente com a construção de grandes fazendas estatais e cooperativas agropecuárias, sendo estas propriedades estatal em regime de usufruto.

5) Criação de grandes empresas produtivas estatais, com a participação direta dos trabalhadores na sua gestão.

6) Dirigir esforços no sentido de alcançar a reestatização do sistema de geração e distribuição de energia elétrica.

7) Promover a construção, divulgação e desenvolvimento de modelos econômico-sociais autogestionários que contribuam para criar/recrutar trabalho e renda, desenvolvendo a autonomia e formação dos trabalhadores, estimulando ações solidárias e fraternas.

8) Promover política agrícola e agrária voltada para a produção de alimentos para o mercado interno, com garantia de financiamento e preços mínimos, oferta de infraestrutura de armazenagem e escoamento da produção, apoio técnico e incentivo à cooperativização.

9) Reordenamento espacial do desenvolvimento econômico e social, com a criação de polos de desenvolvimento e estímulo a criação de empresas nos pequenos e médios municípios, bem como a elaboração e execução de planos diretores populares para as cidades, visando a harmonização e equalização do processo de crescimento econômico e a consequente distribuição da riqueza socialmente gerada, bem como a redução do tempo de deslocamento por parte dos trabalhadores.

10) Política de incentivo à pesquisa e desenvolvimento tecnológico, envolvendo universidades, institutos de pesquisas governamentais e empresas públicas, voltada para as necessidades da maioria da população e em consonância com as potencialidades existentes no estado de Goiás, tendo como diretriz a construção dos movimentos por uma educação e Universidade efetivamente populares.

11) Fortalecimento das lutas em prol da defesa da: revogação das Contrarreformas Trabalhista, Previdenciária e do Ensino Médio e aprofundamento das garantias e direitos sociais; revogação da Emenda Constitucional nº 95; Auditoria da Dívida Pública com imediata suspensão do seu pagamento; Reforma Tributária Progressiva; taxaçoão das grandes fortunas; taxaçoão de lucros e dividendos; tributaçoão de grandes heranças.

12) Estatizaçoão de empresas que saírem do estado de Goiás mediante exploraçoão de oportunidades de ganhos explorados no curso da guerra fiscal, restabelecendo a produçoão de forma cooperativa sob a gestão dos trabalhadores.

## **Capítulo V: Em defesa da educação integrada**

Historicamente, o sistema educacional brasileiro é marcado e definido por profundas desigualdades. Trata-se de um modelo que se desenhou como forma de atender a um tipo de *capitalismo tardio, dependente e associado*, vinculado à *produção de baixíssima tecnologia* e marcado por um amplo *exército industrial de reserva*, portanto, a uma formação precária, aligeirada e tecnicista. Nesse sentido, a história do sistema educacional brasileiro é a história da exclusão e do rebaixamento do nível de escolarização dos filhos da classe trabalhadora. No estado de Goiás, não é diferente.

A atual quadra histórica de agudização da crise do capitalismo, aprofundou a condição de jovens entre 15 e 24 anos que nem estudam nem trabalham. Os mais de 60 mil homicídios ocorridos no Brasil a cada ano exterminam parte significativa da juventude brasileira, principalmente os jovens negros das periferias. Trata-se do extermínio e do massacre de gerações de jovens que poderiam ter suas potencialidades desenvolvidas e contribuir criativa e autonomamente para o desenvolvimento do país.

Em Goiás, são mais de 160 mil jovens, entre 15 e 24 anos, que nem trabalham nem estudam. Levando-se em consideração que a população goiana nessa faixa etária, chegamos aos alarmantes dados de que mais de 20% da juventude goiana não possui nenhum tipo de perspectiva futura, abandonada à própria sorte, suscetível às drogas, à violência urbana e ao trabalho precário. De acordo com pesquisas da UFG, 15% desses jovens são mulheres e 9% homens. No Brasil, o desemprego entre os jovens aumentou de 25,2% no quarto trimestre de 2019, para 30,7% no quarto trimestre de 2020 e a taxa de desocupação de jovens aumentou de 51,8% para 56,6%, de acordo com a OIT.

A política do PCB para a educação fundamenta-se na estruturação do Sistema Educacional goiano, baseado na *Formação Integrada*, em que o Currículo articula e se desenvolve a partir de três dimensões fundamentais: *Ciência, Cultura e Trabalho*. A proposta comunista para o *Sistema Educacional* deve ser contextualizada, em especial mediante a articulação junto aos arranjos produtivos, sociais e culturais das diferentes regiões do Estado. Trata-se de formar indivíduos reflexivos, com capacidade crítica e de intervenção nos espaços em que se encontram inseridos, tanto do ponto de vista político-econômico, quanto sociocultural.

A política pecebista para a educação defende a constituição de um sistema educacional público, gratuito, laico, universal e de qualidade, estruturado e organizado a partir do controle social. Portanto, trata-se de atribuir autonomia política, financeira, administrativa, organizativa e pedagógica para as Escolas, afastando-as das concepções fisiologistas, clientelistas e corruptas, presentes no Estado. Assim, o PCB defende a constituição de *Conselhos Populares* eleitos composto pelos trabalhadores

da área e pelas comunidades locais, com mandatos imperativos, como forma de administrar, organizar e definir as políticas educacionais para as Escolas, levando-se em conta os arranjos produtivos, sociais e culturais.

No estado de Goiás, o Censo Escolar demonstra a existência de 1.134.720 estudantes na Rede Pública e apresenta os seguintes dados:

- a) Creches: 38.372 matrículas em período integral e 9.211 em período parcial;
- b) Ensino Fundamental: 304.554 matrículas em período parcial e 76.044 em período integral (anos iniciais); enquanto que nos anos finais, foram 297.629 matrículas em tempo parcial e 25.715 em tempo integral;
- c) Ensino médio: 205.710 estudantes em tempo parcial, e 5.239 em tempo integral;
- d) Educação de Jovens e Adultos: 30.798 matriculados no Ensino Fundamental e 22.800 no Ensino Médio;
- e) Educação Especial: 24.116 matrículas, nas redes públicas e privadas, sendo que a maioria dos matriculados estão no ensino fundamental com 11.887 estudantes e 224 nas creches.

O sistema educacional do estado de Goiás está estruturado em profundas desigualdades, tanto geográficas, na relação campo-cidade e centro-periferia e entre as próprias cidades, quanto no tocante às relações étnico-raciais e de gênero. A população goiana tem em média 8,1 anos de estudos, o que equivale ao término do Ensino Fundamental. Os mesmos dados demonstram que apenas 18,6% dos jovens goianos acessam o Ensino Superior, um reflexo da profunda desigualdade econômica presente no estado.

O período marconista é marcado pela gestão anti-democrática e anti-popular da Educação Estadual, situação que foi grandemente aprofundada durante o governo Caiado.

Durante esse governo, não foi constituída uma política efetiva de formação de professores: segundo dados divulgados pelo IMB em 2021, menos de 15% dos professores tem algum tipo de formação continuada, e destes, apenas 4% tem formação condizente com a etapa na qual leciona. Da mesma forma, cerca de 3% dos docentes não tem ensino superior.

Durante as últimas gestões a autonomia das Escolas Estaduais foi restringida, sendo submetidas à lógica de controle e coerção social; ao mesmo tempo, tentou-se convertê-las em instrumento de barganha política, via a desastrosa e autocrática política de militarização das Escolas, bem como as constantes tentativas de transferência da gestão das Escolas para as Empresas (iniciativa privada) de amigos, como forma de criar relações fisiológicas e clientelistas, estruturadas em esquemas de corrupção profundos. Nesse sentido, tem curso a articulação de um sistema de ensino militarizado, estruturado em relações políticas questionáveis, desenvolvidas entre o governo do estado e a

Corporação Militar. Ressalta-se ainda que, recentemente, diversos escândalos tem reiterado a lógica perversa do ensino militarizado, como foi o caso de perseguição sofrida por professor e estudantes em São Luis dos Montes Belos, a obrigação reverenciar o governador, práticas degradantes, entre outras.

Do ponto de vista administrativo-organizativo, tanto a militarização das Escolas, quanto sua transferência para as supostas Organizações Sociais (Os's) – empresas de amigos do tradicional sistema político-partidário goiano – acarretam: a) restrição da autonomia das Escolas e, portanto, sua capacidade de dar respostas aos arranjos produtivos, sociais e culturais locais; b) precarização das relações de trabalho dos profissionais da educação, submetendo-os a jornadas de trabalho cada vez maiores, a baixíssimos salários e a péssimas condições de trabalho; c) restrição da liberdade de expressão, manifestação e organização dos alunos; d) instituição de um sistema de ranqueamento entre Escolas e Municípios, aprofundando as desigualdades entre campo-cidade e centro-periferia; e) aprofundamento do sistema de seleção de alunos, ampliando cada vez mais as desigualdades de formação escolar; f) relações fisiológicas e clientelistas frequentemente articuladas à reprodução das formas de contrato de trabalho temporário.

Do ponto de vista pedagógico, institui uma política de formação pragmática e aligeirada, estruturada na má-qualificação e precariedade da formação, bem como em uma estrutura repressiva brutal, tanto para os trabalhadores da educação, quanto para os estudantes.

### **Quanto a isso, propomos:**

1) Estatização plena de todo o sistema educacional público goiano, conferindo autonomia financeira, política, administrativa e pedagógica às instituições educacionais em seus diferentes níveis e modalidades, colocando-as sob controle dos trabalhadores, a partir da criação de Conselhos Populares, eleitos entre os profissionais da área e usuários, com mandatos imperativos e com autonomia para a definição, administração e organização das políticas educacionais.

2) Articulação entre os diferentes níveis e modalidades de ensino, como forma de planejar, administrar e organizar as políticas educacionais, garantindo a universalização do acesso, a permanência e o êxito dos estudantes em todo o processo.

3) Adoção de políticas de parceria e apoio à estruturação, fortalecimento e consolidação dos dois Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, presentes no estado de Goiás (IFG e IFGoiano). A estruturação e consolidação dos Institutos Federais serviriam de experiência para a transformação de todo o sistema educacional goiano, particularmente, o Ensino Médio. No bojo dessa ação que uniria os governos federal e estadual, os Institutos também incentivariam e articulariam: a)

políticas de formação e formação continuada de professores; b) políticas de Educação de Jovens e Adultos, tanto no Ensino Fundamental e Médio, como Superior, para atender as necessidades dos diversos contextos e arranjos produtivos, sociais e culturais locais; c) criação de Cursos Superiores e Médio Integrado, como forma de elevar a escolaridade dos filhos dos trabalhadores do campo, bem como criar uma expertise capaz de fazer a transição do degenerado modelo agroquímico para o modelo agro-orgânico, transitando de uma economia fundamentada no latifúndio e no agronegócio, para uma economia de agricultura familiar fundamentada na agroecologia.

4) Adoção da Formação Integrada em todos os níveis e modalidades de ensino da Rede Pública, articulando um conceito de Educação Básica que abranja desde o Ensino Infantil ao Médio Integrado, como forma de forjar Currículos articulados aos arranjos produtivos, sociais e culturais locais.

5) Fortalecimento da UEG mediante autonomia científica e pedagógica, vinculação orçamentária de 5% do ICMS e concurso público para o preenchimento de todas as vagas de professores e de técnico-administrativos.

6) Implementar uma política de segurança alimentar e nutricional em toda a Rede Pública de Ensino, em todos os seus níveis e modalidades, a partir do fomento a agricultura familiar e a agroecologia, levando alimentos saudáveis orgânicos para as Escolas, como forma de combater a obesidade e outras doenças e transtornos relacionadas a má alimentação. Estabelecer parceria com os pequenos e médios produtores, criando-se estímulo à produção de alimentos orgânicos e saudáveis, para abastecer as Escolas da Rede Pública e garantir a segurança alimentar da juventude goiana.

7) Criação de Institutos Estaduais, com autonomia política, financeira, administrativa e pedagógica, enquanto instituições educacionais formativas voltados à elevação da escolaridade dos filhos da classe trabalhadora urbana e rural, articulando-se um tipo de formação emancipatória, que se preocupe tanto com a qualificação da classe trabalhadora, quanto com o desenvolvimento de suas capacidades criativas socioculturais, fundamentados no respeito à diversidade.

8) Criação de Centros de Atendimento Multidisciplinares em todos os municípios e bairros dos grandes centros urbanos, como forma de estruturar, garantir e efetivar o processo de inclusão de pessoas com deficiências no sistema educacional, instituindo-se políticas de acessibilidade: a) atitudinal; b) arquitetônica; c) metodológica; d) programática; e) instrumental; f) nos transportes; g) nas comunicações; e, h) digital.

9) Criação de Bibliotecas Públicas em todos os municípios do estado e bairros dos grandes centros urbanos.

10) Reorganizar a UEG na perspectiva da Universidade Popular, com suas atividades de pesquisa e de extensão sendo orientadas para atender as demandas das classes trabalhadoras do campo e da cidade.

11) Garantir a expansão do número de bolsas de pesquisa da FAPEG, assim como reajuste do valor pago, fomentando pesquisas que articulem desenvolvimento tecnológico e desenvolvimento humano e social, com vista a perspectiva do Poder Popular.

12) Doação de terrenos públicos para a expansão e parceria com a Universidade Federal de Goiás (UFG), Universidade Federal de Catalão (UFCAT) e Universidade Federal de Jataí (UFJ).

13) Estabelecimento de uma política de valorização dos servidores da educação, com reajustes salariais que consigam não apenas repor as perdas causadas pela inflação mas que também proporcione ganho salarial real.

14) Implementação de uma política de formação continuada que incentive os profissionais a ampliarem a formação nas etapas de ensino na qual estão inseridos. Expansão de áreas do ensino que atualmente são relegadas ao esquecimento, como a área de informática e de humanidades.

15) Realização de concursos públicos para professores e técnicos em educação para suprir o déficit real existente no sistema estadual público de educação.

## **Capítulo VI: Em defesa da saúde pública**

### **a) A defesa do SUS**

O Brasil experimentou um avanço sem precedentes na saúde pública com a implantação do Sistema Único de Saúde (SUS). Foram necessárias décadas de intensa movimentação popular para que o direito à saúde pública, gratuita e de qualidade fosse estendido a todas e todos, com sua afirmação na Constituição de 1988. O estado de Goiás, em sua Constituição, também seguiu o posicionamento federal e reforçou a obrigação estatal de se garantir tal direito.

Todavia, o esforço dispensado para a consolidação de um arcabouço jurídico que contemplasse o direito à saúde de forma universal, integral e igualitária corre o risco de se perder. É nítida a resistência enfrentada pelos defensores do SUS para conseguir que ele seja, de fato, implantado. Interesses notadamente econômicos atuam de maneira obscura e inescrupulosa na tentativa de desconstruir e inviabilizar o atendimento público de saúde. O não cumprimento dos preceitos legais culmina na precarização dos serviços prestados. Carência de recursos humanos e materiais, estrutura inadequada para o atendimento, falta de leitos para internação, pouco ou nenhum interesse na

aplicação de políticas públicas voltadas para a atenção básica em saúde, dentre outros, são alguns dos problemas enfrentados pelos usuários do SUS atualmente.

A EC 95/2016- o famigerado Teto de Gastos- está impondo a intensificação desses processos, cujo resultado, em não sendo revogada, será o aniquilamento do SUS. Em consequência, sem alternativa concreta e imediata, a sociedade é levada a acreditar que a solução de tais problemas é a entrega dos serviços de saúde à iniciativa privada (seja sob a forma de exploração direta ou através de terceirizações), que cobrará (e já cobra) preços absurdos pelo atendimento que deveria ser, obrigatoriamente, efetivado pela administração pública.

Enfim, nosso projeto de saúde pública é pautado nos princípios da universalidade, integralidade e igualdade. Por compreender que saúde não pode ser transformada em mercadoria, compreendemos ser imprescindível a defesa e valorização do SUS.

#### **Quanto a isso, propomos:**

1) Fiscalização do cumprimento integral, por parte do Poder Público, que dispõe sobre o valor mínimo a ser aplicado pelo Estado em ações e serviços públicos de saúde.

2) Efetivação de uma política de saúde do trabalhador com criação do Cerest (Centro de Referência Especializada em Saúde do Trabalhador), como está preconizado na RENAST (Rede Nacional de Atenção Integral à Saúde do Trabalhador), sob controle social através de conselhos de saúde dos trabalhadores.

3) Revogação de medidas e iniciativas que tenham como objetivo o repasse dos serviços de saúde para as mãos da iniciativa privada, particularmente a gestão pelas Organizações Sociais (OS's), bem como a eliminação da terceirização nas atividades meio e fins na saúde pública, tendo em vista que os referidos serviços devem ser constitucional e integralmente prestados pela administração pública por meio dos seus servidores.

4) Condução de discussão e deliberação, mediante audiências públicas e outros instrumentos pertinentes, acerca da elaboração do modelo de gestão de saúde pública que efetivamente atenda aos trabalhadores e trabalhadoras em Goiás.

5) Trabalhar, em parceria com o Conselho Estadual de Saúde, no sentido de fomentar a criação de Conselhos Locais de Saúde nas unidades em que ainda não existam, e fortalecer a atuação dos Conselhos já existentes, pois é através dessas estruturas que a população usuária do SUS consegue exercer o Controle Social sobre esse sistema.

6) Fortalecer o Programa de Saúde da Família e o combate às endemias e pandemias.



- 7) Qualificação dos profissionais que atuam nas maternidades visando a humanização do atendimento às parturientes e puérperas, bem como cumprimento da lei do acompanhante, nas esferas pública e privada, assim como da recém aprovada Lei de Doulas
- 8) Criação de Unidades de Saúde voltadas para o atendimento de dependentes químicos.
- 9) Criação de centros de reabilitação para trabalhadores acidentados, ou que sofrem de LER/DORT.
- 10) Fortalecimento da fiscalização acerca das condições de trabalho em setores de atividades econômicas fortemente marcados por acidentes e doenças ocupacionais, a exemplo dos setores de frigoríficos, construção civil, indústria de confecção e telemarketing.
- 11) Obrigatoriedade da prestação de contas periódica feita pela direção da Secretaria da Saúde diante dos Conselhos de Bairro e do Conselho Estadual de Saúde, de forma a assegurar o controle popular sobre a saúde.
- 12) Construção de hospitais regionais que descentralizem os serviços de saúde ainda concentrados na capital do estado, que possuam instalações acolhedoras e humanizadas, que mantenham equipes de atendimento à domicílio e que desenvolvam programadas de saúde preventiva.
- 13) Criação de cursos de Medicina na Universidade Estadual de Goiás (UEG), com a perspectiva de formar profissionais qualificados saúde pública.
- 14) Revogação da EC 95/2016.

#### **b) A assistência social**

A assistência social é uma política de grande importância para qualquer país dependente, em face da grande massa de trabalhadores pobres e desempregados, ou mesmo de famílias que não têm condições de se inserir no mercado de trabalho em decorrências de serem famílias monoparentais (composto apenas por um membro adulto, quase sempre as mães). Essa política pode concorrer para remediar condições de extrema dificuldade por parte dos trabalhadores que necessitam de auxílio em momentos de penúria. Importante assinalar que desde a Terceira Revolução Industrial e o advento dos métodos flexíveis de gestão do trabalho e da produção essa necessidade tornou-se dramática em face do desemprego e do subemprego estruturais.

Desde a Constituição de 1988, preconiza-se que a assistência social se articule com as políticas de previdência e saúde. Todavia, ela fundamentalmente se reproduziu nos limites da hegemonia burguesa, posto que foi utilizada como forma de cooptação das classe subalterna, reproduzindo várias formas de clientelismo. Assim, se de um lado a realidade político-social das camadas populares da sociedade brasileira demanda políticas consistentes de assistência social, por outro lado, essa

assistência tendeu a se constituir em um instrumento do capital pela via da contenção dos efeitos mais deletérios das contradições sociais que o capitalismo engendra e do assistencialismo como meio de apassivamento da classe trabalhadora. Em contraposição à política de assistência social sob hegemonia do capital, a perspectiva pecebista quanto a assistência social tem em vista conjugar assistência social, autonomia dos trabalhadores e Poder Popular.

**Quanto a isso, propomos:**

- 1) Garantir que o governo assuma a responsabilidade do financiamento da política de assistência social, com recursos repassados de fundo a fundo, com correção e aumento real dos valores.
- 2) Contribuir com a contrapartida do estado de Goiás para a efetivação da NOB RH SUAS (Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema Único de Assistência Social – SUAS).
- 3) Fiscalizar a contrapartida dos municípios goianos com a realização de concurso público de trabalhadores e trabalhadoras para o SUAS e subsidiar os recursos humanos para os procedimentos de média e alta complexidade.
- 4) Criação de um programa estadual para o atendimento das famílias que estejam em risco social, onde os beneficiários possam adquirir alimentos oriundos da agricultura familiar e de acordo com as suas necessidades.
- 5) Destinação de, no mínimo, 10% do orçamento da seguridade social para os serviços socioassistenciais.
- 6) Assegurar que todos os recursos da Organização das Voluntárias de Goiás (OVG) estejam canalizados para programas públicos, apartados de políticas e práticas que tenham como características o patrimonialismo.
- 7) Revisar todos os convênios estabelecidos com instituições filantrópicas, tendo em vista assegurar o controle governamental sobre os recursos públicos e que os mesmos sejam progressivamente orientados em favor dos serviços de assistência social desenvolvido pelo próprio governo estadual.
- 8) Regulamentação de serviços, com composição de equipes de referência, cobertura da rede socioassistencial e de formação de um amplo quadro de trabalhadores/as, mediante concurso público.
- 9) Implantação de instâncias de gestão democrática nas unidades locais de atendimento do SUAS.

10) Acompanhamento do processo de implantação da gestão do trabalho do SUAS por meio da participação no Fórum dos Trabalhadores do SUAS.

11) Construção de uma agenda da gestão do trabalho do SUAS, contemplando a articulação com outras categorias profissionais, sindicatos e forças sociais, visando à instituição das câmaras/mesas de negociação para a defesa e regulação das condições e relações de trabalho.

12) Fortalecimento do Fórum dos Trabalhadores do SUAS em nível nacional, estadual e municipal, ampliado para todas as categorias profissionais independentemente do nível de escolaridade.

13) Condução de uma política de capacitação permanente para os/as trabalhadores/as do SUAS.

14) Co-promoção de iniciativas voltadas para o aprofundamento das discussões sobre o trabalho do/a assistente social no SUAS, problematizando suas competências, atribuições profissionais, direção técnico-política na gestão e trabalho socioeducativo, na perspectiva da educação popular e da mobilização social.

15) Plano de Cargos, Carreira e Salários (PCCS) e remuneração digna dos/as trabalhadores/as do SUAS.

16) Implantação das 30hs de jornada semanal dos/as assistentes sociais no SUAS sem redução de salário.

17) Implantação de ações de segurança e saúde do/a trabalhador/a do SUAS.

18) Condução da defesa dos direitos humanos e sociais e posicionamento contrário a ações de gestores/as públicos/as da assistência social que promovem a internação compulsória, o abrigo involuntário e compulsório e a política de higienização das cidades, considerando-os uma forma de violação dos direitos humanos – *toda violação de direitos é uma forma de violência*.

19) Adoção de estratégias coletivas frente à violação dos direitos dos/as assistentes sociais, relativo às condições éticas e técnicas de trabalho, conforme definido na Lei de Regulamentação da Profissão e no Código de Ética profissional.

### **c) O aborto como saúde pública**

São realizados cerca de 46 milhões de abortos anualmente em todo o mundo, aproximadamente 160 mil por dia. Dentre esses, a Organização Mundial da Saúde (OMS) estima que 19 milhões são feitos de maneira clandestina e insegura e que mais de 5 milhões enfrentam sequelas do procedimento mal realizado.

No Brasil, o aborto é proibido, exceto quando há risco à vida da mãe causado pela gravidez e em casos de estupro e de anencefalia. Estima-se que pelo menos dois abortos são realizados por minuto no país. A Pesquisa Nacional de Aborto 2016 (PNA), revela que as mulheres negras e indígenas com menor nível de escolaridade, e que vivem no Norte, Nordeste e Centro-Oeste, apresentam taxas de aborto mais altas. Somente no Centro-Oeste do Brasil, cerca de 55 mil abortos são realizados anualmente.

A criminalização do aborto traz consequências negativas para a saúde das mulheres, é pouco efetiva na coibição da prática e reafirma as desigualdades sociais. Essa é mais uma forma de controle sobre a vida das mulheres e de manutenção do sistema patriarcal, principalmente sobre as mulheres negras e pobres das periferias urbanas. Não é possível falar sobre a criminalização do aborto sem fazer o recorte de classe e raça/etnia, já que as mortes ligadas a esse procedimento se dão em sua esmagadora maioria ligadas aos procedimentos inseguros, feitos em locais sem condições mínimas necessárias.

#### **Quanto a isso, propomos:**

- 1) Defesa da legalização do aborto na compreensão de que se trata de uma questão a ser trabalhada no âmbito das políticas públicas para a saúde das mulheres: direito ao abortamento legal indiscriminado e seguro.
- 2) Formação de profissionais de saúde capazes de acolher e conduzir de forma humanizada a realização de abortos seguros nos casos já previstos em lei.
- 3) Implementação dos programas de educação sexual nas escolas, que sejam efetivos na discussão do tema.
- 4) Ampliação e simplificação do acesso a métodos contraceptivos gratuitos, incluindo DIU, laqueaduras e vasectomias.

### **Capítulo VII: Em defesa do meio ambiente**

A sociedade do capital, por fundamentar-se na mercantilização da vida, inclusive dos recursos naturais, gera cada vez mais conflitos permanentes e de diversas ordens. No espaço urbano, a ocupação e o adensamento populacional desordenado têm resultado em graves crises ambientais. A

pandemia de COVID-19 dos últimos anos evidenciou como localizar as determinações que marcam a vinculação entre a forma como a sociedade moderna se organiza (circuitos do capital) e as origens de vírus potencialmente pandêmicos, bem como as consequências de um modo capitalista de produção de doenças que aprofunda o acirramento na luta de classes: o monocultivo genético, a padronização de alimentos e remédios, a produção em confinamento, o abate em escala, a urbanização crônica e o desmatamento no entorno, em conjunto com a criação de barreiras na fiscalização para o devido controle ambiental, beneficiam as principais empresas da área do chamado agronegócio, subsidiado pela política de estado dependente e periférico. A falta de tratamento de esgotos e de efluentes industriais tem comprometido os mananciais que percorrem as cidades. A associação fossa-poço é ainda muito presente nas periferias urbanas, aumentando a proliferação de doenças e de parasitas por meio da contaminação da água subterrânea. As indústrias, responsáveis pelo uso de grande parte dos recursos hídricos, pouco investem em técnicas de reutilização da água empregada nos processos produtivos. No espaço rural, o agronegócio, devido a um sistema de irrigação ineficiente e desastroso, esgota e polui recursos hídricos. O uso de resíduos diretamente lançados no solo, como a cama-de-frango e a carcaça de suínos e bovinos, são fontes de contaminação do solo e das águas subterrâneas.

Essa situação tem levado governos a tomarem medidas paliativas que envolvam o tratamento de água, esgoto e resíduos, e o reuso de água, tanto no campo quanto na cidade. Também os tem levado a assumir iniciativas voltadas para atenuar a contaminação de animais, de grãos e de verduras, hortaliças e frutas produzidas com água obtida em mananciais contaminados com produtos químicos e esgotos domésticos.

Em face dessa realidade, o PCB defende tratamento prioritário para a questão ambiental, tendo como principal eixo o controle da extração dos bens naturais não renováveis, bem como a preservação ambiental da influência e dos ditames dos interesses do mercado capitalista. É preciso garantir a sustentabilidade, com a recuperação de áreas degradadas, o reflorestamento e a reordenação da produção.

Conforme anteriormente assinalado, os principais vilões da destruição de nosso ecossistema são a monocultura exportadora e a pecuária extensiva, ao qual está agregada a agroindústria. Milhares de espécies da fauna e da flora estão em rota de extinção diante do comprometimento de seus habitat. O ciclo hidrológico e as bacias hidrográficas goianas estão expressivamente afetados. Estudos apontam que o ritmo de destruição do Cerrado brasileiro é mais intenso e veloz que o da Floresta amazônica, apresentando 57% de completa destruição e metade das áreas remanescentes submetidas a profundas alterações.

**Quanto a isso, propomos:**

- 1) Implementar iniciativas em prol da aprovação do Projeto de Emenda Constitucional 115/1995 (504/2010), que incorpora o Cerrado como Patrimônio do país.
- 2) Criação de áreas de desenvolvimento especiais, visando a implantação de modelos de desenvolvimento autossustentado, com a proibição do desenvolvimento de atividade de pecuária e de agricultura nas áreas densamente florestadas.
- 3) Promover a conservação da biodiversidade do Cerrado por meio da criação, expansão e fortalecimento de Unidades de Conservação.
- 4) Elaboração e desenvolvimento de planos de manejo para espécies ameaçadas de extinção ou de potencial econômico.
- 5) Programas especiais de proteção ao mosaico cerradeiro, com controle e redução da poluição e contaminação do ar, dos rios e do solo.
- 6) Estímulo à racionalização do uso dos bens naturais, da reciclagem, da remanufatura e do tratamento de resíduos.
- 7) Sistematizar e difundir conhecimentos tradicionais e boas práticas de manejo dos recursos naturais do bioma.
- 8) Favorecer a comercialização de produtos provenientes da biodiversidade local.
- 9) Promover um efetivo Programa de Recuperação dos Recursos Hídricos e Conservação dos Fundos de Vales.
- 10) Estabelecer mecanismos de Controle Social sobre a prática da monocultura.
- 11) Criar um efetivo Programa de Tratamento de Resíduos Sólidos, estimulando a formação de uma rede integrada que conte com EcoPontos espalhados pelas principais cidades do Estado e com projetos que visem a universalização deste tipo de serviço.
- 12) Implementar programas voltados para a melhoria do desempenho ambiental de todas as atividades da vida social, com destaque para a reordenação geral da produção e a introdução de sistemas produtivos de ciclo fechado;
- 13) Estímulo a substituição progressiva do uso dos bens não-renováveis pelos recursos renováveis, no que se refere ao consumo de matérias primas e à geração de energia.
- 14) Elaborar um novo padrão de desenvolvimento agrícola ecologicamente compatível com as áreas do Cerrado através de Zoneamento Agro-Ecológico.
- 15) Criação de órgãos fiscalizadores de emissão de poluentes nas indústrias de Goiás, buscando que as mesmas diminuam as emissões de monóxido de carbono.

## **Capítulo VIII: A democratização do campo: o agro não é *pop*, o agro é *business***

Historicamente, a Reforma Agrária esteve vinculada aos processos de transformações burguesas, servindo de instrumento político-econômico, bem como sociocultural de construção de sua hegemonia. No Brasil, devido à particularidade antidemocrática e antipopular, de uma classe senhorial aburguesada, de caráter latifundiário, escravagista e agrário-exportador, nem mesmo esse modelo se consolidou. Antes o contrário, o processo de modernização brasileira se deu “*de cima para baixo*”, mantendo-se a estrutura político-econômica e sociocultural herdada do Brasil Império, com destaque para a estrutura agrária latifundiária.

Assim sendo, falar em Reforma Agrária no Brasil implica em superar os modelos burgueses, devido sua impossibilidade histórica no Brasil e avançar em direção a um tipo de Reforma Agrária anticapitalista, anti-imperialista e fundamentada no Poder Popular, uma Reforma Agrária radical. Portanto, trata-se de superar a ideia abstrata de justiça social liberal-burguesa e avançar para a autogestão e auto-organização dos trabalhadores, que controlam diretamente, tanto o processo produtivo, quanto suas relações de trabalho.

O solo brasileiro é amplo e apresenta riquezas naturais de diversas ordens. Todavia, esse solo vem sendo mercantilizado e privatizado pelas frações de classes dominantes brasileiras. Ao fazê-lo, utiliza-o como mero fator de produção, a ser explorado até o esgotamento, transformando progressivamente solos ricos em desertos amplos.

O modelo latifundiário, utilizado secularmente no Brasil, além de não agregar nem um tipo de valor ao que é produzido, aumenta os níveis de exploração dos trabalhadores rurais, instituindo-se formas de trabalho análogas a escravidão e encontra-se dominado pelo capital. Assim, a produtividade é menor do que poderia ser obtida, bem como a exploração do solo é inadequada e extremamente danoso ao meio ambiente. Assim, todo e qualquer tipo de Reforma Agrária que se pretenda fazer no Brasil necessita quebrar o latifúndio, bem como o modelo do agronegócio nele enraizado; Reforma Agrária e agropecuária pensadas como políticas estratégicas anticapitalista e anti-imperialista, como forma de utilizar o solo de forma sustentável, assegurar a função social da terra e garantir a soberania alimentar a milhões de brasileiros. Isso envolve a adoção de uma política econômica planejada, voltada à preservação de mananciais e da qualidade do solo, bem como dos demais recursos naturais.

A Reforma Agrária deve vir acompanhada de uma política de incentivo à ciência e tecnologia, voltadas para a melhoria da produção no campo, bem como para a utilização sustentável dos recursos ambientais. Nesse sentido, por um lado, deve-se incentivar a agricultura familiar, estruturada a partir

da agroecologia, como forma de desenvolvimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais; por outro, deve-se produzir tecnologias específicas para o desenvolvimento da diversidade dos referidos arranjos.

Assim, o PCB defende uma Reforma Agrária anticapitalista e anti-imperialista, fundamentada no Poder Popular, a partir da qual a terra seja restituída como um Bem Comum, sob a posse dos trabalhadores que nela habitam e trabalham, administrada e organizada pelos trabalhadores, a partir da instituição de Conselhos Populares.

### **Quanto a isso, propomos:**

1) Desapropriação de todas as terras improdutivas e latifúndios em geral, estatizando-as e utilizando-as para o assentamento de famílias que queiram viver no campo, a partir da articulação da agricultura familiar e da agroecologia, colocando-a sob controle dos trabalhadores que nela vivem e produzem.

2) A criação de um Estatuto do Campo: a) estabelecendo uma rigorosa concepção de produtividade; b) estatizando todas as áreas de preservação ambiental e transformando-as em Parques Estaduais; c) limitando a quantidade de propriedade da terra por pessoa, como forma de quebrar o latifúndio e estruturar um sistema produtivo sustentável; d) garantindo as terras de povos quilombolas e indígenas, transformando-as em áreas socioculturais, sob controle social, instituindo-se Conselhos Populares eleitos entre moradores e trabalhadores, com mandatos imperativos.

3) Desapropriação de terra de toda e qualquer empresa que se utiliza de mão de obra análoga à escravidão.

4) Desapropriação de todas as terras consideradas áreas de preservação ambiental, transformando-as em Parques Estaduais Públicos, articulando o estudo e a pesquisa sociocultural e da biodiversidade local (a partir de sua articulação com as Universidades Públicas Federais e Estadual e Institutos Federais do estado de Goiás), como forma de fomentar o desenvolvimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais.

5) Instituir Programas de qualificação agrícola, inclusive a melhoria radical do ensino fundamental, médio e superior, em ambientes rurais.

6) Apoio à construção e ao financiamento habitacional rural, no contexto de um programa de urbanização agrícola, que contenha as demais infraestruturas urbanas para a população agrícola, como saneamento básico, esgoto, água potável e energia elétrica adequados.

7) Racionalização do uso dos recursos hídricos, preservação do solo e das paisagens naturais, e adoção obrigatória de projetos de paisagens rurais no planejamento regional.



8) Políticas de combate à pobreza rural que partam da eliminação das relações de dependência e exploração a que estão submetidas as populações rurais.

9) Definir e regulamentar a função social da agricultura: assegurar a produção de alimentos saudáveis à população brasileira e à preservação da biodiversidade.

10) Garantia da Segurança Alimentar e Nutricional enquanto estratégia ou conjunto de ações intersetoriais e participativas, consistente na realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras da saúde, que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis.

11) Defesa da Agroecologia: implantação de uma matriz tecnológica orgânica, abandonando-se a matriz dos agroquímicos, como forma de produzir alimentos saudáveis e garantir a segurança alimentar a todos os brasileiros e brasileiras.

12) Criar Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio e Cursos Superiores de Agroecologia, em parceria com as Universidades Públicas e Institutos Federais, como forma de qualificar um grande número de trabalhador para a mudança de matriz tecnológica produtiva dos agroquímicos para a tecnologia agro-orgânica.

13) Criar Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio de Saúde Ambiental, em parceria com os Institutos Federais, voltados à formação dos trabalhadores que atue na preservação da saúde dos trabalhadores do campo.

14) Combater a impunidade da violência no campo, investigando e punindo os latifundiários responsáveis por assassinatos no campo, que aumentaram exponencialmente no último período.

15) Implementar uma política anticapitalista e anti-imperialista de proteção dos recursos naturais, do solo, da biodiversidade e da água brasileira, sobretudo em face da atual ofensiva que o capital internacional desencadeou sobre os recursos naturais da sociedade brasileira.

16) Limitar ao máximo o uso de agrotóxicos, posto que intoxicam os trabalhadores que manipulam diretamente esses produtos e os consumidores de produtos agropecuários que os empregam na sua produção.

17) Combater o PL 6.299/2002, também chamado PL do Veneno/Agrotóxico, que visa a flexibilização das regras de controle dos agrotóxicos, inclusive carcinogênicos.

## **Capítulo IX: A democratização/socialização da cidade: por uma cidade popular e humanizada**

### **a) O transporte público**

As experiências e modelos capitalistas de transporte público se mostraram fracassadas e ineficazes, naquilo que diz respeito ao processo de garantia do acesso à cidade, de tal forma que tais políticas têm convertido as cidades em espaços de individualização, desumanização e mercantilização da vida. O PCB pretende transformar as cidades em espaços de humanização, socialização e emancipação humana, estimulando e cultivando a diversidade.

A luta por um transporte público é contínua e requer cada vez mais força e organização, resistindo aos ataques constantes do governo federal e dos governos coronelistas em Goiás. O aumento no preço das tarifas de ônibus proposto pelos empresários do transporte é mais um dos muitos ataques que os trabalhadores têm sofrido e que vai de encontro ao nosso direito de acessar a cidade.

Todos os dias, estudantes, trabalhadores usam o transporte público para chegar ao seu local de estudo, trabalho, moradia e também de lazer. Acontece que esse serviço, operado por trabalhadores empenhados na locomoção de outros trabalhadores, é organizado em torno de uma lógica de lucro, de modo que tudo – a quantidade de ônibus circulando, as linhas, a rotatividade, o preço da tarifa e a exploração dos trabalhadores do transporte – é pensado para aumentar efetivamente esse ganho privado, o que é uma grande contradição, visto que o transporte deve ser garantido pelo Estado, constando no artigo 6º da Constituição Federal como direito social.

Em Goiás, ao longo dos últimos 23 anos, a tarifa de ônibus na Região Metropolitana de Goiânia teve alta de 912,5%, enquanto a inflação acumulada desde então teve alta de 440%. Ademais, a tarifa do transporte público Região Metropolitana como um todo sofre reajuste praticamente todos os anos, sempre sob justificativa de que é devido a correção inflacionária. Recentemente, em 2018, o aumento de tarifa do transporte público em Goiânia e Região Metropolitana, proposto pela Câmara Deliberativa de Transportes (CDTC) foi para R\$ 4,00, aumentando R\$ 0,30 no antigo preço da tarifa. Esse valor corresponde a um aumento de 9,5%, enquanto que o recente aumento no salário mínimo, de R\$ 17,00, corresponde à 1,8%.

Enquanto isso, a realidade do transporte público em Goiânia e Região Metropolitana é desastrosa. Não há qualidade no serviço oferecido pelas empresas que gerem o transporte público, a frota de ônibus não é suficiente para atender toda a demanda, os ônibus muitas vezes estão em condições precárias ou impedidos de circular, as linhas não são todas funcionais e obrigam os usuários do transporte público a se deslocarem de terminal a terminal para trajetos simples e a grande carência de segurança nos ônibus e terminais. Além disso, os trabalhadores desse serviço são condicionados

muitas vezes a jornadas de 10 horas, com salários ínfimos e condições precárias de trabalho. Essa realidade corresponde atual privatização e cartelização do setor de transporte público na Região Metropolitana de Goiânia, assegurando transportes precários, de um lado, e lucros extraordinários aos capitalistas do setor, de outro lado. A manutenção desse domínio econômico requer vários mecanismos, como o financiamento dos partidos e políticos tradicionais, o suborno de tecnocratas da administração pública que tem a responsabilidade de regulamentar e supervisionar o transporte público e a grande presença policial para impedir a revolta popular.

Quanto aos estudantes, no entendimento do governo, devem ter apenas ter o passe livre para se locomover única e exclusivamente de sua casa ao local de estudo. Quando utilizado em outra linha de ônibus, seja para ir ao trabalho ou a locais de lazer, ou até mesmo caso o estudante parta de outro local para a sua escola ou universidade, o passe livre é arbitrariamente cortado. Isso tem expulsado cada vez mais estudantes da escola e da universidade, devido à dificuldade de mobilidade nas cidades, além da necessidade de trabalhar para sobreviver, o que muitas vezes consome todo o tempo de estudo e impede a continuidade nos cursos. Essa situação torna cada vez mais difícil para a juventude trabalhadora estudar.

A questão da insegurança também é muito presente no transporte público. Os atos de assédio, furto e assassinato fazem com que os coletivos sejam mais um espaço de alerta para os trabalhadores que os utilizam.

É preciso responder à privatização do transporte com a luta pelo controle do mesmo pelos trabalhadores e usuários, livre da sede de lucro de empresários e organizado em torno de necessidades concretas da classe trabalhadora.

### **Quanto a isso, propomos:**

- 1) Implementação de uma política de planejamento urbano que privilegie a mobilidade coletiva das pessoas, elegendo o transpor público como prioritário em detrimento do automóvel; bem como que promova a diversificação de meios de transporte, valorizando aqueles ecologicamente viáveis.
- 2) Criação de um Plano e Fundo Estadual destinado a investimentos na melhoria do sistema de transporte público coletivo.
- 3) Implementação em Goiás das diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana.
- 4) Criação do Conselho Popular de Transporte da Região Metropolitana de Goiânia, bem como nas demais regiões de Goiás, de caráter deliberativo, eleitos com mandatos imperativos, compostos pelos trabalhadores da área e usuários dos serviços de transportes, responsáveis pela

discussão e definição de políticas públicas de universalização do transporte, garantindo-se o acesso de mobilidade urbana a todos.

5) Passe Livre estendido imediatamente aos estudantes, aos desempregados e às populações em estado de vulnerabilidade social.

6) Construção de um amplo movimento social e popular voltado para a estatização de toda estrutura de mobilidade e transporte urbano, colocando-a sob controle social e afirmando a “tarifa zero”.

### **b) A habitação:**

A Constituição de 1988 definiu a moradia enquanto um direito social. Nesse sentido, o conceito de déficit habitacional passou a ser considerado como um indicativo de vulnerabilidade social, na medida em que se trata de uma situação de risco econômico-social.

No estado de Goiás, de acordo com o Instituto Mauro Borges, o déficit habitacional atinge 159.538 famílias, com 450.925 pessoas em situação de vulnerabilidade social. Todavia, o número pode ser maior, se considerado outras fontes, na medida em que o número de famílias em situação de déficit habitacional foi definido a partir do número de pessoas inscritas no CadÚnico. As pesquisas também indicam um grande número de famílias expostas à pressão que os custos de alugueis exercem sobre a sua renda familiar, bem como vivendo em habitações precárias.

### **Quanto a isso, propomos:**

1) Garantia do direito à moradia, com uma política habitacional voltada para o financiamento público de habitações populares integradas à infraestrutura urbana, apoiada em pesquisa e desenvolvimento tecnológico dirigido para este setor, tendo em vista zerar o déficit habitacional em Goiás.

2) Realização de uma reforma urbana, com a desapropriação de espaços urbanos ociosos destinados à especulação, para a construção de praças, parques e habitações populares.

3) Assimilação e execução da Plataforma Nacional pelo Direito à Cidade defendida pelo Fórum Nacional de Reforma Urbana.

4) Criação do Conselho e do Fundo Estadual de Habitação de Interesse Social, sob o controle dos trabalhadores.

5) Criação de Conselhos Populares para a formulação de políticas de habitação e exercendo controle na sua implementação, democratizando o espaço urbano.

### **c) Democratizar o acesso a energia:**

Assegurar o acesso ao fornecimento de energia, democratizando-o é um processo fundamental com vista na elevação da qualidade de vida das camadas populares. Portanto, a mercantilização do acesso à energia não coaduna com um processo de elevação da qualidade de vida da sociedade, o que demanda a sua desmercantilização.

#### **Quanto a isso, propomos:**

- 1) Condução do processo de reestatização da ENEL (CELG), colocando-a sob controle dos trabalhadores e usuários.
- 2) Criação de Conselhos Populares, eleitos, com mandatos imperativos, compostos pelos trabalhadores da área e usuários dos serviços de prestados pela estatal, responsáveis pela discussão e definição de políticas públicas de universalização do acesso a energia elétrica, garantindo-se seu fornecimento à todos.

### **d) O saneamento básico:**

A Saneago foi transformada em uma empresa de economia mista, submetida a uma diversidade de formas de corrupção. Diretores sendo presos passaram a compor a imagem da empresa nos últimos anos.

O tratamento de esgoto em Goiás, que é realizado pela Saneago, apresenta grandes limitações. Esse tratamento consiste basicamente em retirar a matéria orgânica, não conduzindo o tratamento bacteriológico.

Outro aspecto preocupante é o fato de que a coleta, afastamento e tratamento de esgoto das cidades de Rio Verde, Jataí, Trindade e Aparecida de Goiânia foram transferidos para a Odebrecht Ambiental que, por sua vez, transferiu para a Brook-Field Ambiental. Manobra esta que pode abrir caminho para o controle sobre a oferta de água nestas cidades.

#### **Quanto a isso, propomos:**

- 1) Realização de conferências deliberativas para o estabelecimento de políticas, planejamento e programas voltados para o saneamento ambiental.
- 2) Promoção da gestão compartilhada da política de saneamento ambiental com respeito ao direito constitucional da titularidade municipal dos serviços, assegurando a participação de órgãos e empresas públicas, com transparência e controle social.

- 3) Combater a corrupção, sobretudo sob a forma de licitação fraudulenta, que grassa na Saneago.
- 4) Desprivatizar a Saneago, transformando-a em uma empresa 100% pública.
- 5) Criar um Conselho Popular, constituído por trabalhadores da área e usuários, com mandatos imperativos, para o controle democrático e popular da Saneago.

**e) A crise hídrica:**

O estado de Goiás tem convivido com o fenômeno da chamada crise hídrica. Esta, por sua vez, recai fundamentalmente sobre as camadas populares das cidades e os agricultores familiares. Embora o sistema de mídia acentue as explicações climáticas e culpabilize a classe trabalhadora pelo uso irracional dos recursos hídricos, não se pode ignorar o grande peso que o uso de reservas de água pelo agronegócio, a degradação dos mananciais e a ausência de investimentos públicos assumem como determinantes da crise hídrica.

**Quanto a isso, propomos:**

- 1) Reconhecimento do Direito à Água como direito humano fundamental e inalienável.
- 2) Assegurar o fornecimento de água e o serviço de coleta de esgoto gratuitos aos trabalhadores desempregados.
- 3) Assegurar a cobrança de tarifa social, na forma de taxa reduzida, quanto ao fornecimento de água e ao serviço de coleta de esgoto para a população de baixa renda.
- 4) Ampliar, sob controle e supervisão popular, os investimentos públicos em armazenamento de água por meio da Saneago.
- 5) Limitar o uso dos recursos hídricos por parte do agronegócio.
- 6) Implementar políticas de uso racional de recursos hídricos e de recuperação dos mananciais.
- 7) Estimular a criação de Conselhos Populares para a preservação e controle dos recursos hídricos dos mananciais e bacias hidrográficas.

**Capítulo X: Por um novo sistema de segurança pública**

O PCB compreende que os problemas relacionados à segurança pública advêm da forma como as relações sociais no capitalismo são estruturadas. Formou-se uma sociedade com milhões de pessoas marginalizadas, sem qualquer perspectiva de garantia dos meios de sobrevivência; foram destruídas relações comunitárias tradicionais e o senso de solidariedade; fomentou-se com a mídia uma indústria do medo para potencializar um mercado de produtos e serviços de vigilância e a ocupação militar (através da PM) das zonas periféricas; estruturou-se um direito penal seletivo, que transforma a juventude negra, pobre e trabalhadora em inimigo social; multiplicam-se as prisões e as populações carcerárias. Em todo o Brasil, a pena de morte não institucionalizada é uma realidade, sendo que em Goiás não é diferente.

O foco no combate ao tráfico de drogas tem se demonstrado um verdadeiro desastre na garantia da segurança pública. Prende-se muito, em geral jovens negros e pequenos varejistas do comércio de drogas. Com isso, a estrutura econômica do tráfico permanece inalterada, já que o narcotráfico conta com um enorme exército de reserva representado por populações marginalizadas. Por outro lado, o uso da força policial, sob extrema violência, para combater esse tipo de crime reduz a capacidade de prevenção de crimes violentos, contra o patrimônio dos trabalhadores, de ódio, etc. No estado de Goiás, a comunidade carcerária é formada por 13.888 detentos, sendo que 42% destes não tem condenação definitiva. A ampla maioria dos presos cometeram crimes contra o patrimônio e possuem o ensino fundamental incompleto.

Há de se destacar que a violência também é reproduzida pelo próprio Estado, com ações policiais truculentas, violações sistemáticas de direitos humanos no cárcere e nas unidades socioeducativas e nas ruas, o que antagoniza os trabalhadores frente ao sistema público de segurança. Tal realidade proporciona condições para o fortalecimento de grupos de empreendimento capitalista informal ligados ao tráfico de drogas, a exemplo do PCC.

Entendemos que apenas com um projeto de refundação da sociedade, sobre bases socialistas, apoiada na solidariedade entre os trabalhadores, será possível vencer o medo e os problemas advindos do crime. O PCB propõe a tomada de medidas para que essa revolução social seja viável, o que passa pela estruturação de um sistema popular de segurança pública.

### **Quanto a isso, propomos:**

- 1) Implementar uma política de desmilitarização da polícia, focalizando-se a política de Segurança Pública em uma polícia unitária, civil e judiciária, fundamentada no respeito, garantia e efetivação dos direitos fundamentais.

2) Criar órgão de controle popular sobre as polícias civil e militar, inclusive com a incumbência de supervisionar o funcionamento de ouvidorias e corregedorias.

3) Reestruturar os órgãos de comando das polícias civil e militar, estabelecendo como prioridade aos órgãos de segurança pública o respeito aos direitos humanos, em especial às liberdades democráticas e à incolumidade física e psicológica dos cidadãos que tenham contato com eles (sejam vítimas, testemunhas, acusados ou condenados).

4) Priorizar os sistemas de inteligência e criação de estratégias de atuação conjunta das polícias militar e civil na prevenção de crimes violentos, de gênero e de ódio.

5) Adotar uma concepção de sistema penitenciário humanizado, capaz de ressocializar os presos e humanizá-los, a partir da garantia de seus direitos fundamentais; reestruturar os estabelecimentos prisionais e socioeducativos, garantindo instalações ambiental e socialmente adequados à reeducação/ressocialização de adultos e de adolescentes; e adotar alternativas educativas/socializantes aos condenados a cumprir pena, sob controle social, como forma eficaz de reeducação/ressocialização e de esvaziar sistema penal.

6) Fortalecer o atendimento psicossocial nos estabelecimentos socioeducativos e prisionais, garantindo mais assistentes sociais e psicólogos nessas instituições e recursos materiais e financeiros para sua atuação eficiente.

7) Estabelecer convênios intermunicipais para reintegração social de egressos de estabelecimentos prisionais e socioeducativos, garantindo assistência para emprego, moradia e atendimento psicossocial para quem cumpre pena no regime aberto, no livramento condicional ou que recém cumpriu pena ou medida socioeducativa em meio fechado.

8) Desenvolvimento de formação político-cidadã dos policiais, no seu contexto social de origem, voltada para a sua ressocialização e a afirmação da noção de pertencimento às classes trabalhadoras.

9) Incrementar a qualidade de vida do policial militar, com elevação salarial, formação continuada, atendimento psicológico pelo SUS e combate ao assédio moral.

10) Equipar adequadamente as delegacias de polícia civil, com aumento do efetivo e melhorar a infraestrutura material.

11) Estabelecer uma política de atendimento acolhedor à mulher vítima de violência doméstica, com o deslocamento das delegacias da mulher para Centros de Atendimento à Mulher vítima de violência, com formação específica dos trabalhadores para o acolhimento da vítima, encaminhamento para residências e abrigos provisórios, quando necessário, atendimento psicológico e acesso à Defensoria Pública.



12) Eliminar a política de guerra às drogas, amplamente utilizada como estratégia de acobertamento da prática de eliminação de jovens negros nas periferias das grandes e médias cidades; e descriminalização das drogas, cabendo ao Estado regulamentar o processo de venda e distribuição, de tal forma a entender os casos de usuários de drogas enquanto um problema de saúde pública a ser enfrentado a partir da adoção de políticas de redução de danos.

13) Articulação de grupos vulneráveis – livre orientação sexual, etnia, criança e adolescente, mulheres, entre outros – para a formação de polos permanentes de análise e discussão junto às instituições de segurança pública, tendo em vista a formulação, proposição e implementação de políticas públicas de prevenção da violência e no âmbito da segurança pública;

14) Fortalecer a Defensoria Pública de forma a cumprir a Emenda Constitucional 80 (instalação de unidade da Defensoria Pública em todas as comarcas do estado).

15) Colocar a polícia sob controle social, instituindo-se Conselhos Populares formados por trabalhadores da área e moradores, eleitos e com mandatos imperativos, garantindo-se autonomia para discutir e definir políticas de Segurança Pública, inclusive controlando o orçamento da área.

16) Formulação e implementação de políticas voltadas à consolidação do respeito aos Direitos Humanos.

## **Capítulo XI: A diversidade da classe trabalhadora e a necessária luta unitária pela emancipação**

### **a) A luta contra a LGBTfobia no estado de Goiás**

Goiás é um estado extremamente hostil para com a população LGBT. Cotidianamente estabelecimentos públicos são alvo de denúncias de discriminação contra frequentadores LGBT. O estado também registra um alto número de mortes dessa parcela da sociedade por LGBTfobia.

O estado é nacionalmente conhecido pela militarização de escolas estaduais. Essa política, entre outros problemas, traz consigo uma lógica de eliminação social dos alunos LGBTs, uma vez que a gestão das escolas é administrada por uma instituição historicamente intolerante para com a comunidade, que protagonizou e ainda protagoniza a perseguição às pessoas sexodiversas. Não é raro denúncias de LGBTfobia praticada pelos policiais militares dentro desses colégios, chegando a extremos de violência física contra alunas, muitas vezes meninas lésbicas que denunciam ter apanhado de policiais homens ao serem pegas em demonstrações de afeto no interior da instituição.

As LGBTs também sofrem com todos os outros problemas relegados à classe trabalhadora goiana, uma vez que está praticamente toda inserida nela. Por omissão do Estado, não existem dados sobre a porcentagem de pessoas LGBTs sofrendo com o desemprego em nenhuma parte do país, mas é sabido que o fator da exclusão familiar e dos espaços de ensino devido à discriminação são determinantes para relegar a comunidade ao desemprego, ao subemprego (basta olharmos a composição do corpo de trabalhadores dos *call centers*, atividade degradante que redundava em altíssimo índice de adoecimento psicológico) e à informalidade marginal – segundo dados da Associação Nacional de Travestis e Trans-sexuais (ANTRA), 90% da população T tem a prostituição como única fonte de renda, além da indústria pornográfica, extremamente nociva à saúde física e mental de seus trabalhadores, que cresce cada dia mais seu nicho LGBT.

As pessoas LGBTs também são alvos comuns da violência praticada dentro do transporte público. Não raramente, indivíduos LGBTfóbicos agridem e expulsam pessoas LGBTs de dentro dos ônibus, negando-as, além de dignidade, o direito à livre circulação.

#### **Quanto a isso, propomos:**

- 1) Aprovação de lei específica estabelecendo sanções econômicas aos estabelecimentos que praticarem LGBTfobia em Goiás e que os recursos arrecadados sejam destinados ao fomento de políticas públicas que visem a erradicação dessa prática.
- 2) Fim das militarizações escolares e debate e consulta à comunidade para desmilitarizar as instituições já existentes; inserção do debate sobre igualdade de gênero no Plano Estadual de Educação.
- 3) Assistência estatal para as LGBTs expulsas de casa e em situação de vulnerabilidade social, como moradia provisória, ajuda de custo para a formação escolar e oferta de cursos profissionalizantes para inserção no mercado formal de trabalho.
- 4) Assistência psicossocial às famílias que renunciam aos seus filhos LGBTs, tendo em vista reintegrá-los às suas famílias.
- 5) Instituição de guarda humanitária nos terminais de transporte, sensível aos casos de assédio e opressão, visto que a presença da PM nos terminais não garante a segurança de LGBTs e demais minorias.

#### **b) Por uma política para as mulheres em Goiás**

As contrarreformas (trabalhista e previdenciária), o cenário de recrudescimento em relação aos direitos sociais e liberdades democráticas da última quadra histórica, atacaram drasticamente a classe trabalhadora como um todo, mas mais profundamente a mulher trabalhadora. Isso se dá devido à vulnerabilidade socioeconômica dessas mulheres que são submetidas a trabalhos sub-remunerados e pouco regulamentados.

O desmonte da previdência, vendido como reforma, acabou com a aposentadoria por tempo de contribuição. A idade mínima para as mulheres se aposentarem passou a ser de 62 anos de idade, independente de trabalhar em área urbana ou rural, no serviço público – com exceção para professores (60 anos para homens e mulheres) e policiais (55 anos para ambos os sexos). A contribuição também passará de 15 anos mínimos para 25 anos.

Tendo em vista esse cenário, há um descaso com a desigualdade de gênero, ainda tão profunda no mercado de trabalho, onde mulheres recebem até 38% a menos que homens desempenhando a mesma função. A mulher trabalhadora se sobrecarrega com uma dupla ou até mesmo tripla jornada de trabalho; o trabalho doméstico e o da chamada “economia do cuidado” que se estende ao trato de crianças, idosos e doentes da família que é não remunerado, mas estima-se gerar 634,3 bilhões de reais, segundo os cálculos da pesquisadora Hildete Pereira de Melo, professora de economia da Universidade Federal Fluminense (UFF) e vice-presidente da Associação Brasileira de Estudos do Trabalho (Abet).

Além das mudanças na aposentadoria, houve alterações no valor e nas regras de acesso às pensões por morte e ao BPC (Benefício de Prestação Continuada, que é o benefício da assistência social). As professoras de educação básica terão que contribuir durante 49 anos e estar dentro da sala de aula até os 70 anos ou mais, dependendo de quando ela iniciou carreira. Existe um enorme desgaste físico e psicológico ao lidar com crianças e adolescentes, ignorando que a educação está sucateada e a professora trabalha também em casa corrigindo provas, preparando aulas, além dos afazeres domésticos. Já as trabalhadoras domésticas, que antes das contrarreformas já sofriam para contribuir com os 15 anos mínimos para se aposentar devido a sua rotatividade profissional, informalidade e ilegalidade presente nos processos de contratação, hoje se veem ainda mais desamparadas.

Em Goiás o desemprego atinge mais de 10% da população, de acordo com o PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios), essa taxa é ainda maior entre as mulheres negras que não completaram o ensino básico. As jornadas intermitentes, demissões em massa, subcontratações e outros ataques têm sido utilizados pelos patrões e grandes empresários para gerar lucro e precarizar ainda mais a vida das trabalhadoras. As contrarreformas reforçam a extrema desigualdade do mercado de trabalho, com um aumento da pobreza da mulher e consequente maior dependência financeira.

A reforma trabalhista permitiu que a mulher grávida ou lactante trabalhe em condições insalubres. Mesmo sendo comprovado que isso faz mal ao bebê e às mães que amamentam, ambientes contaminados, quentes, com muito ruído, radiação ou com poeira, serão considerados aptos para essas mulheres trabalharem com uma autorização médica (podendo ser o médico da empresa que ela trabalha).

O fenômeno da violência contra a mulher, embora presente em todas as classes sociais, atinge com mais força a mulher trabalhadora, e também é agravado conforme as questões de raça/etnia, escolaridade, religião, nacionalidade, orientação sexual, entre outras. No Brasil, estima-se que cinco mulheres são espancadas a cada dois minutos. O feminicídio, segundo o Mapa da Violência (homicídio de mulheres), vitimou 46.186 mulheres em dez anos. Em 2016, 4.657 mulheres foram assassinadas, sendo 533 casos classificados como feminicídio. Segundo o Ministério do Trabalho e do Emprego (MTE), 73% do assédio moral nos ambientes de trabalho é sofrido por mulheres e 99% dos casos de assédio sexual denunciados são de mulheres assediadas por homens. O estupro vitimou 135 mulheres por dia em 2016, sendo 50% das vítimas menor de 13 anos. Esses dados confirmam o quanto é perigoso ser mulher no Brasil. A Lei Maria da Penha e a Lei do Feminicídio, aprovadas respectivamente em 2006 e 2015, foram importantes marcos simbólicos da luta das mulheres contra a violência doméstica e o feminicídio.

Segundo o Mapa da Violência, elaborado pela Flacso, o Brasil é o 5º país do mundo mais violento para as mulheres. No estado de Goiás os índices também são bastante altos. Houve um aumento de 82% dos casos de feminicídio no estado segundo a Secretaria de Segurança Pública, levando Goiás a ocupar a segunda posição no ranking de violência contra a mulher com 7,1 homicídios a cada 100 mil mulheres. Durante a pandemia esse cenário agravou-se ainda mais. Goiás é o estado que mais mata mulheres negras do país, com um índice de 8,5 homicídios por 100 mil habitantes de acordo com o Atlas da Violência de 2017. Foram registrados de janeiro a abril de 2018, 544 estupros contra vulneráveis, sendo 37% desses casos ocorridos na Região Metropolitana de Goiânia. A taxa de feminicídio aumentou 45% de 2006 a 2016 por 100 mil habitantes de acordo o Atlas da Violência de 2017.

No que tange especificamente à questão da violência contra a mulher, esses índices evidenciam o quanto o estado de Goiás encontra-se marcado expressões socioculturais que internalizam o patriarcalismo, o machismo e o racismo, potencializados pelos dramas sociais multiplicados pelas contrarreformas neoliberais. No entanto, medidas punitivistas são ineficientes como instrumentos preventivos de novos crimes, assim como penalizam prioritariamente homens pobres.

**Quanto a isso, propomos:**

- 1) Fortalecimento de uma educação humana plena e emancipatória, na qual todos os membros da sociedade sejam formados na perspectiva do respeito à diversidade e equidade de gênero.
- 2) Promoção de programas que discutam temas como a cultura do estupro, inferiorização e infantilização das mulheres, desigualdade salarial e violência contra a mulher nas escolas e espaços públicos.
- 3) Formação de profissionais capazes de acolher e atender as mulheres vítimas de violência, para que as mulheres sintam segurança ao denunciar.
- 4) Desburocratização das medidas de denúncias e fiscalização da aplicação das leis já existentes de combate à violência contra a mulher, para que as ocorrências sejam de fato resolvidas e as mulheres não sejam coagidas a desistir da denúncia.
- 5) Fomento de programas de reeducação social aos indivíduos que cometerem crimes contra mulheres, visando a superação do machismo e misoginia.

**c) Melhores condições para os jovens trabalhadores em Goiás**

A crise econômica brasileira que se agravou nos últimos anos, atingiu em especial a população jovem. Em Goiás, essa situação impõe aos trabalhadores que estão entrando no mercado de trabalho carentes de formação e experiência uma submissão aos postos de trabalho mais precarizados, mal remunerados, instáveis e informais. Essa situação compromete a conclusão do ciclo final da educação básica, o acesso à educação superior, bem como impede aos jovens buscar melhores condições de trabalho.

O programa do PCB assinala a necessidade de uma política voltada para os jovens trabalhadores que seja capaz de articular formação educacional integrada, programas de bolsas estudantis e programas de estágios junto ao poder público, bem como o combate ao desemprego e subemprego deste segmento.

**Quanto a isso, propomos:**

- 1) Criação de um sistema público de formação integrada, articulando formação geral e formação profissional como processo único.
- 2) Criação de demandas de estágios através das empresas públicas goianas e secretarias de estado que tenham como foco a prática do jovem como parte da sua formação, além de ter como

objetivo conseguir superar problemas pontuais de cada região específica de Goiás, como na área da agricultura, saúde, educação, cultura, saneamento básico, entre outras áreas.

3) Criar um mapeamento específico dos empregos que esses jovens estão inseridos, além de uma constante e rígida fiscalização nestes locais, para assegurar o cumprimento da legislação trabalhista e as condições de trabalho adequadas.

4) Assegurar o Passe Livre irrestrito aos estudantes que estejam em alguma instituição de formação profissional ou em algum projeto cultural da cidade. Posto que o direito a mobilidade urbana não é um gasto, mas investimento na formação e no próprio desenvolvimento cultural desses jovens.

## **Capítulo XII – Em defesa do esporte e lazer**

A Constituição Federal de 1988 apresentou avanços importantes ao esporte quando o definiu como direito individual e, na sua dimensão de lazer, como direito social. Consolidou-se o entendimento que Esporte e Lazer são direitos porque são necessidades humanas, e desta forma, o poder estatal deveria desenvolver políticas públicas que garantissem à população brasileira a democratização ao seu acesso. Todavia, mesmo esses avanços ocorreram sob a vigência de uma dada hegemonia acerca do Esporte e da sua instrumentalização em favor da formação do trabalhador que o capital almeja.

As práticas esportivas e o sistema de produtos, serviços e relações de poder a elas vinculadas têm sido reiteradas em espaços específicos de produção, ligadas a instituições públicas e privadas e espetacularizadas pela mediação dos veículos de comunicação. Tais espaços de produção são também lugares de disciplinarização e modelação dos corpos, nos quais se inscrevem um conjunto de significados que revelam corporalidades instituídas que naturalizam desigualdades e reforçam relações de dominação social. Nesse quadro, predomina no senso comum a apreensão das práticas esportivas identificadas com as práticas esportivas de alto rendimento, essencialmente concorrenciais e competitivas, bem como a sua imitação na forma das atividades amadoras e/ou semiprofissionais. Dessa forma, tem-se o silenciamento de outras formas de expressões lúdicas e de corporalidades dissonantes e contestadoras de padrões sociais, comportamentais e estéticos dominantes.

Nos projetos e programas de esporte, lazer e práticas corporais das gestões de secretarias estaduais, a exemplo de Goiás, para além dessa apreensão das práticas esportivas, percebe-se o recorrente desprovimento de bases conceituais, referências curriculares coerentes, espaços físicos adequados, equipamentos esportivos, tempos pedagógicos, profissionais capacitados e motivados, conteúdos contemporâneos e clássicos e financiamento condizente. A raiz de boa parte dessa

problemática está em uma política de Estado alijada das necessidades do próprio povo que deveria representar e atender.

Nos governos subsequentes à aprovação da Constituição, não apenas não se acumulou na superação da apreensão das práticas esportivas hegemônica, como também teve curso mudanças na legislação esportiva, marcadas por contrarreformas e que se circunscreveram à regulação do mercado sobre as práticas esportivas e de lazer, de modo a reiterar as políticas de esporte voltadas para os interesses das classes dominantes. Parte da desconstrução dos avanços que a Constituição de 1988 apresentou, no que tange ao esporte, ocorreu entre 2003 e 2016, durante os governos lulopetistas, quando a agenda esportiva entrelaçou na agenda política algumas das mais destacadas competições internacionais – Jogos Pan-Americanos e Para-Pan (2007); Jogos Mundiais Militares (2011); Copa das Confederações (2013); Copa do Mundo de Futebol (2014); Jogos Mundiais dos Povos Indígenas (2015); Jogos Olímpicos e Paralímpicos (2016).

Esse processo foi marcado por graves processos, como: a) retomada da vinculação da área esportiva ao turismo promovida pelo governo FHC; b) aprovação do *Estatuto do Torcedor* (Lei 10.671/03) segundo os limites do Direito do Consumidor e do conceito futebol-empresa; c) articulação de programas que integravam financiamentos do BNDES, grupos empresariais e empreiteiras nacionais nas obras de infraestrutura e de construção das arenas esportivas; d) restrição das Conferências Nacionais do Esporte (CNEs 2004, 2006, 2010) como espaço de ruptura com as concepções tradicionais e práticas esportivas – com a perspectiva de participação popular na definição dos princípios definidores da atuação pública no esporte, com destaque para a articulação entre esporte e lazer, o fortalecimento do esporte de base, a transparência no gerenciamento de recursos, a inclusão social, a democratização e a constituição de um Sistema Nacional do Esporte e Lazer nos moldes do SUS, afirmado na Primeira CNE (2004), seguida da inflexão a partir da Segunda CNE (2006), sob pressão de grupos conservadores, resultando na valorização do esporte de alto rendimento, redução da articulação entre o lazer ao esporte recreativo e de participação, e assim por diante.

A despeito do discurso oficial de que os megaeventos seriam custeados quase que exclusivamente com recursos privados, a flexibilidade regulatória das PPPs (Parcerias Público-Privada), os gastos públicos exorbitantes (estimados em cerca de R\$ 40 bilhões, dos quais somente 13,37% originários da iniciativa privada), as intervenções urbanas, o estímulo à especulação imobiliária, as desapropriações de habitações populares e as remoções de comunidades provocaram descontentamentos sociais. O legado desses megaeventos, baseado na suposta potencialização turística, na dinamização de serviços e negócios e na melhoria dos transportes públicos das cidades envolvidas, efetivamente redundou nos milionários gastos públicos empenhados na construção das

arenas esportivas e nos resultados limitados em termos de infraestrutura; bem como redundou nos extraordinários lucros obtidos pelo sistema de mídia, empreiteiras, empresas que participaram dos consórcios esportivos e parlamentares e partidos presentes nos três níveis da administração pública. A reação ao processo regressista que o Esporte tem vivenciado desde a Constituição de 1988, acentuado desde o Golpe de Estado de 2016, passa necessariamente pelo caminho da democratização do acesso ao esporte, lazer e práticas corporais considerando que todos esses espaços devem apontar à emancipação humana. Para isso é essencial recuperar a gestão estatal do que é público, com eficiência, garantindo aportes financeiros e o seu uso efetivo, desprivatizando a esfera e espaço público. Deste modo, a ideia é produzir políticas públicas voltadas ao acesso de todos os setores preteridos historicamente, como um direito social.

Recursos públicos devem estar orientados primariamente para reverter a razão normativa que estabelece a inferiorização dos corpos das mulheres, que inibe a livre expressão da diversidade sexual, que reprime violentamente a presença de pessoas transgêneras e intersexuais e que reforça estigmas racistas, passando, assim, de uma definição restritiva do corpo legítimo à pluralidade do uso legítimo do corpo.

Da mesma maneira, o apoio e estímulo a práticas populares, colaborativas e lúdicas, bem como o diálogo e a vinculação de um programa de esporte e lazer aos movimentos sociais torna-se um imperativo para fomentar o exercício de uma cidadania crítica, transformadora e participativa que se diferencie dos modelos conservadores de gestão. É também a oportunidade de superar a perspectiva do esporte como uma escola de coragem e virilidade, em busca da vitória e da competitividade a qualquer preço e reconhecer práticas lúdicas e esportivas para além do calendário espetacular dos megaeventos esportivos.

Democratizar de verdade o acesso ao esporte e às práticas corporais só é possível se considerarmos espaços públicos, campos, ginásios e quadras como lugares de disputas ideológicas e estimularmos outros sujeitos a se apropriarem desses territórios. Se também recuperarmos a gestão pública eficiente de seus equipamentos e garantirmos o seu uso efetivo pelos cidadãos. Mas, sobretudo, só é possível se levarmos em conta as dimensões sociais do corpo e das práticas esportivas. De modo que, garantir a sua democratização e universalização signifique reposicionar as políticas públicas no sentido da inclusão de setores populares preteridos, tanto socialmente quanto pela hegemonia dos corpos atléticos e pelos esportes de alto rendimento, altamente lucrativos (para a iniciativa privada).

Para a consecução dessa proposta, é imprescindível a compreensão de que existem intersecções indispensáveis entre áreas que tradicionalmente são segregadas nas políticas públicas como saúde,



educação e esporte. Com a superação dessa falsa lógica de fragmentação, torna-se muito mais factível a utilização de recursos comuns a diferentes finalidades.

Para pensar uma política sólida e consequente é preciso estabelecer o Poder Popular na construção da universalização do direito ao acesso a toda a cultura corporal, com financiamento público, estatal, com gestão direta e controle da população. Sem negligenciar a corporalidade atlética e o esporte de alto rendimento, que têm suas demandas legítimas, o desafio de um programa de governo popular e socialista é ultrapassar tais perspectivas e estabelecer outras práticas lúdicas e esportivas. Assim, as práticas corporais, esportivas e de lazer adquirem o seu sentido de práticas sociais, transformadoras e questionadoras, ressaltando-se que se tratam de técnicas corporais lúdicas, portadoras de estruturas de reprodução de valores. Brincar nas cidades, reforçando o direito à cidade e estendendo as práticas lúdicas a outros espaços, menos evidentes, é uma forma de ocupação e intervenção pela ludicidade e constituição de um país de pessoas.

Do corpo como território de interdições e tiranias, que imprime as costumeiras cicatrizes sociais, um programa de esporte e lazer deve contribuir para o desenvolvimento do corpo como território de liberdades e superações, que sejam signos do combate à dominação social.

#### **Quanto a isso, propomos:**

- 1) Apoiar e fomentar prioritariamente projetos e programas de práticas corporais e de lazer que se caracterizem como esporte coletivo de base.
- 2) Garantir a participação dos movimentos feministas, étnico-raciais e LGBTs no âmbito da formulação de programas e projetos de esporte, lazer e práticas corporais, tendo em vista a superação de preconceito de gênero, sexual, racial e regional.
- 3) Desenvolver projetos e programas que promovam a aplicação das leis 10.639/03 e 11.645/08, que estabelecem a obrigatoriedade de conteúdos e práticas relativas às culturas afro-brasileira e indígena.
- 4) Apoiar atividades de esportes e lazer paraolímpicos.
- 5) Realizar e atualizar permanentemente o Diagnóstico Estadual de Esporte e Lazer, bem como fomentar a realização de diagnósticos estaduais, distrital e municipais.
- 6) Fortalecer e ampliar a REDE CEDES (Centro de Desenvolvimento do Esporte Recreativo e do Lazer).
- 7) Criar uma Política Estadual de Formação em Esporte e Lazer, que abranja os diversos níveis de ensino (técnico, graduação e pós-graduação) para os diferentes trabalhadores de esporte e lazer (gestores, professores, técnicos, ex-atletas e agentes sociais) e programas sociais, vinculados às instituições formadoras (IES).

- 8) Realizar concurso público para composição de equipe multiprofissional e multidisciplinar da Secretaria de Esporte e Lazer.
- 9) Incentivar projetos de mobilidade urbana que articulem Esporte e Lazer, a exemplo das ciclovias.
- 10) Construir e constituir, de forma democrática e participativa, o Sistema Estadual de Esporte e Lazer, articulando e integrando práticas corporais e esportivas em âmbito estadual e municipal.
- 11) Fomentar a criação de Conselhos Comunitários para gestão dos equipamentos públicos de esporte e lazer construídos, revitalizados e qualificados nas cidades (quadras, campos, parques públicos, skate parques, praças da juventude, centros de convivência comunitária), incluindo programação com oficiais e práticas espontâneas de esporte e lazer gratuitas para toda a comunidade.
- 12) Gestão do Estádio Serra Dourada, do Estádio Olímpico e dos demais equipamentos públicos esportivos com gestão absolutamente pública, sem a presença de Organizações Sociais (OS's), articulados com programas de extensão vinculados às instituições públicas formadoras de profissionais que atuam em esporte e lazer, bem como de iniciativas voltadas para práticas esportivas populares, colaborativas e lúdicas.
- 13) Assegurar que o Centro de Excelência e Faculdade do Esporte esteja sob gestão democrática mediante eleições diretas e conselho popular deliberativo composto pela representação dos segmentos internos e por representantes da sociedade civil, com autonomia didática, pedagógica, administrativa e financeira.

## **Capítulo XIII – Em defesa da cultura popular**

Um das maiores dificuldades do nosso estado no campo da cultura é a necessidade de oportunizar as manifestações culturais dos que aqui vivem. Manifestações essas que não se resumem aos grandes espetáculos. Também é necessário descentralizar as atividades culturais pelos bairros das cidades, estimular as manifestações artísticas, promover a formação de público e proporcionar uma política de capacitação e incentivo para os trabalhadores da cultura. Acreditamos na mobilização da sociedade para garantir o respeito e o incentivo às diversas linguagens artísticas e o acréscimo dos espaços de apresentação e formação.

**Quanto a isso, propomos:**

- 1) Democratizar os espaços de decisão sobre as políticas culturais em Goiás, por meio de conselhos populares.
- 2) Fortalecer, aprimorar e democratizar o instrumento de Conferência Estadual de Cultura, como um espaço rico de debates e deliberações sobre a política cultural.
- 3) Garantir que 5% do orçamento do estado sejam direcionados às políticas culturais, articuladas às manifestações de cultura popular.
- 4) Garantir instrumentos para uma eleição autônoma e democrática do Conselho Estadual de Cultura e da Comissão, que aprova os projetos de Lei de Incentivo à Cultura, garantindo que a maioria do Conselho represente os movimentos organizados de cultura.
- 5) Revogar os contratos com OS's junto a escolas técnicas de arte e de educação.
- 6) Revitalizar as ações culturais nas praças, ruas e demais espaços públicos, com uma agenda constante de atividades culturais em parcerias artistas e movimentos sociais.
- 8) Garantir espaços para as escolas de circo.
- 9) Fortalecer e melhorar os aparelhos públicos de cultura já existentes, exigindo concurso público, aquisição de equipamentos e ampliação dos espaços: Centro Cultural Oscar Niemeyer, Teatro Goiânia, Vila Cultural, entre outros.
- 10) Constituição de projetos de interação escola-comunidade, com participação de estudantes, artistas e professores, na elaboração e execução dos projetos.
- 11) Realizar seminário para revisão da atual Lei de Incentivo à Cultura: critérios de escolhas, formas de financiamento, participação da sociedade, etc.
- 12) Garantir o incentivo aos projetos e iniciativas populares de cinema e de vídeo.
- 13) Apoiar a implementação de rádios comunitárias de curto alcance em parceria com movimentos de comunicação e universidades.
- 14) Efetivar por meio de editais, incentivo a vídeos, peças teatrais e literatura, garantindo as condições de realização de projetos na área de memória e história dos trabalhadores em Goiás.
- 15) Garantir fomento fiscal para editoras e cooperativas de autores populares.
- 16) Constituição de Centros de Cultura Popular e de Novas Mídias em todos os municípios do estado e em diversas localidades da Região Metropolitana de Goiânia.
- 17) Garantir apoio para que o carnaval seja organizado pelos grupos de cultura popular das cidades, empenhando os recursos necessários para tal.
- 18) Implementar um calendário anual permanente de ações culturais das várias linguagens em todas as regiões do estado de Goiás.

19) Efetivar o incentivo ao exercício de oficinas de criação literária nos bairros de periferia, sob a chancela estadual.

20) Garantir a abertura das bibliotecas, museus, escolas de artes aos finais de semana garantindo o acesso aos trabalhadores e estudantes.

21) Incentivar a formação de artistas nas mais diversas áreas (teatro, música, artes plásticas etc), com uma ampliação de ofertas de recursos e vagas nas escolas profissionalizantes de Goiás, e o fomento de bolsas, vagas de empregos e programas que garantam a constante formação dos artistas.